

cadernos

IHU

ano 9
nº 37
2011

Curar um mundo ferido

Relatório especial sobre ecologia

Secretariado de Justiça Social e Ecologia
da Companhia de Jesus

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Os **Cadernos IHU** divulgam pesquisas, produzidas por professores/pesquisadores e por alunos de pós-graduação, e trabalhos de conclusão de alunos de graduação, nas áreas de concentração ética, trabalho e teologia pública. A periodicidade é bimensal.

Curar um mundo ferido

Relatório especial sobre ecologia



Secretariado de Justiça Social e Ecologia
da Companhia de Jesus

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Reitor

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor

Inácio Neutzling

Gerente administrativo

Jacinto Aloisio Schneider

Cadernos IHU

Ano 9 – Nº 37 – 2011

ISSN: 1806-003X

Editor

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Profa. Dra. Vera Regina Schmitz – Unisinos

Conselho científico

Prof. Dr. Agemir Bavaresco – PUCRS – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Aitziber Mugarra – Universidade de Deusto-Espanha – Doutora em Ciências Econômicas e Empresariais

Prof. Dr. André Filipe Z. de Azevedo – Unisinos – Doutor em Economia

Prof. Dr. Castor M. M. B. Ruiz – Unisinos – Doutor em Filosofia

Dr. Daniel Navas Vega – Centro Internacional de Formação-OIT-Itália – Doutor em Ciências Políticas

Prof. Dr. Edison Gastaldo – Unisinos – Pós-Doutor em Multimeios

Profa. Dra. Élide Hennington – Fundação Oswaldo Cruz – Doutora em Saúde Coletiva

Prof. Dr. Jaime José Zitkosky – UFRGS – Doutor em Educação

Prof. Dr. José Ivo Follmann – Unisinos – Doutor em Sociologia

Prof. Dr. José Luiz Braga – Unisinos – Doutor em Ciências da Informação e da Comunicação

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva – PUCRS – Doutor em Sociologia

Prof. Dr. Werner Altmann – Unisinos – Doutor em História Econômica

Responsável técnico

Marcelo Leandro dos Santos

Tradução

Martinho Lenz

Revisão

Isaque Gomes Correa

Editoração eletrônica

Rafael Tarcísio Forneck

Impressão

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590-8223 – Fax: 51.3590-8467

www.ihu.unisinos.br

O Secretariado de Justiça Social e Ecologia da Cúria Geral da Companhia de Jesus publica a *Promotio Iustitiae* em Espanhol, Francês, Inglês e Italiano no site: <www.sjweb.info/SJS/PJnew>.

Se você tiver alguns breves comentários sobre o documento, sem dúvida, serão bem recebidos. Da mesma forma, se você quiser enviar uma carta para sua inclusão em uma futura edição da *Promotio Iustitiae*, utilize o e-mail ou fax indicados ao final da presente publicação.

Nós encorajamos a reproduzir o documento, no todo ou em parte, sempre que o considerem oportuno, e agradecemos que incluam a referência a *Promotio Iustitiae* e seu endereço, como fonte, e também enviem uma cópia ao Editor.

Este documento, **Curar um mundo ferido**, primeiro descreve os motivos que levaram à criação da *Força-Tarefa* ou grupo de trabalho sobre a missão da Companhia de Jesus e a ecologia; depois, oferece a visão geral que incentiva tanto a análise como as recomendações finais; também se aprofunda nas características do contexto mundial atual, da Igreja e da Companhia e nas relações existentes entre a “reconciliação com a criação”, por um lado, e a fé, a justiça e o diálogo tanto inter-religioso como cultural por outro lado; em conclusão, o documento propõe um conjunto de recomendações finais.

MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO

A. Joseph, Xavier SJ (MDU)
Aguilar Posada SJ, José Alejandro (COL)
Chiti SJ, Leonard (ZAM)
García Jiménez SJ, José Ignacio (CAS)
Tuchman, Nancy C., Loyola University Chicago (EUA)
Walpole, Peter W. (Pedro) SJ (PHI)

Secretariado técnico:

Sievers, Uta (SJES)

Coordenadores:

Anton SJ, Ronald J. (MAR)
Franco F. SJ, Fernando (GUJ)

Membro convidado:

Álvarez SJ, Patxi (LOY)

Sumário

<i>Apresentação</i>	7
<i>Editorial</i>	9
<i>Visão de conjunto</i>	10
Ver: Tendências globais atuais	11
Julgar: A maneira inaciana de ver o mundo	11
Atuar: Recomendações	12
<i>1 Introdução</i>	14
<i>2 Visão</i>	16
<i>3 O contexto de nossa resposta apostólica</i>	18
3.1 Vivemos em um mundo conturbado	18
3.2 Avaliação regional.....	20
África.....	20
América Latina	21
Europa.....	21
Ásia Meridional	22
América do Norte	23
Ásia-Pacífico	23
3.3 O papel da ciência e da tecnologia	24
3.4 Tendências globais atuais.....	25
<i>4 Entender nossa missão jesuíta no contexto da crise ecológica</i>	28
4.1 O cuidado da criação: o desenvolvimento de uma nova dimensão da missão jesuíta.....	28
O período 1993-2008.....	28
CG 35: um tríptico de relações	29
4.2 A reconciliação com a criação e a dimensão de fé de nossa missão.....	30
Reflexão bíblica: a criação e do mistério pascal	30
A resposta da Igreja: a doutrina social católica.....	31
Espiritualidade inaciana e a solicitude pela criação	31
4.3 A reconciliação com a criação e a dimensão da justiça de nossa missão.....	32
As ligações entre reconciliação e justiça	32
Os diferentes atores da crise ecológica	34
Mitigação, adaptação e contrato social como programa transformador.....	35

4.4 A reconciliação com a criação e o diálogo com a cultura e as religiões	35
Cultura e identidade	35
Sociedade civil e o “movimento verde”	36
As grandes religiões e a ecologia	36
Os povos indígenas e as sociedades tradicionais.....	37
<i>5 Recomendações</i>	39
<i>6 Sugestões concretas</i>	44
<i>7 Agradecimentos</i>	46

Apresentação

Cúria Geral da Companhia de Jesus

Sobre a ecologia

2011/16

A toda companhia

Queridos irmãos:

Com esta carta quero chamar a atenção de toda Companhia sobre uma preocupação importante expressa pela Congregação Geral 35 (2008), nosso compromisso com a ecologia.

A Congregação nos recorda que vivemos num momento de ampla destruição do meio ambiente, que ameaça o futuro do nosso planeta (Cf. Decreto 3, n. 33). Face a essa situação não podemos permanecer indiferentes. Felizmente, em nosso mundo se desenvolve uma crescente tomada de consciência ecológica em muitas pessoas, comunidades e instituições. Em seus escritos, o Papa Bento XVI nos tem urgido a um maior e mais profundo respeito pela criação e à aplicação de medidas mais fortes para sua proteção.

Já durante o tempo de preparação da CG 34 (1995) chegaram alguns postulados sobre ecologia, uma temática que aquela Congregação não pode abordar em profundidade. Por essa razão, o meu predecessor, o P. Kolvenbach, pediu ao Secretariado para a Justiça Social a elaboração de um documento sobre a questão, que apareceu com o título: “*Vivemos em um mundo fragmentado: reflexões sobre a ecologia*” (*Promotio Iustitiae*, abril de 1999, n. 70).

A CG 35 deu mais um passo em relação à ecologia ao integrá-la no Decreto da missão. Assim

como somos chamados, como jesuítas, a promover e restabelecer relações justas com Deus e com os outros seres humanos, da mesma forma e com a mesma urgência somos chamados a restaurar e curar as relações rompidas com a criação.

Para dar um impulso prático a essa preocupação, convoquei no ano passado um Grupo de Trabalho – o *Task Force*, como foi chamado em inglês – composto por jesuítas e colaboradores leigos procedentes de todas as Conferências que, ao longo de vários meses de trabalho interdisciplinar em comum, elaboraram o documento: “**Curar um mundo ferido**”, que aparece nesta data na edição digital de *Promotio Iustitiae* (n. 106, em <www.sjweb.info>).

Nele encontraremos propostas para examinar nossa vida pessoal, nosso estilos comunitários e nossas práticas institucionais. Por isso, esse documento pode ser um instrumento útil para concretizar as palavras em nossa vida e missão e, deste modo, todos os aspectos de nossa vida contribuirão para a sustentabilidade do planeta. Podemos fazer muito mais neste terreno a partir das nossas plataformas apostólicas, tanto educativas, como pastorais e sociais. Trata-se de dotar novas maneiras de viver, propor práticas, difundir conhecimento, favorecer a pesquisa e, dada a oportunidade, exercer influência política (Decreto 3, n. 35).

Por outro lado, é claro que somente podemos realizar tudo isso com legitimidade se, de nossa parte, damos sinais de uma maior coerência e de um compromisso pessoal e institucional mais responsável com este aspecto de nossa missão, a qual nos reclama hoje *uma mudança de coração*, agradecido a Deus pelo dom da criação e disposto a *empreender um caminho de conversão*.

Permitam-me concluir expressando um sincero reconhecimento ao grupo de trabalho antes citado pela valiosa contribuição que nos ofereceu e que nos ajuda a levar o discurso para a prática.

Santo Inácio nos convida a contemplar a criação e a ver nela o Criador: *habitando-o* todo e *trabalhando por nós* em cada realidade e com toda a his-

tória (EE., nn. 234-236). Por sua intercessão peço, com palavras do P. Pedro Arrupe, que renovemos com confiança nossa oblação de maior estima e valor “*na imitação e seguimento deste Jesus que quer reconciliar toda humanidade e toda criação para a glória do Pai*”.

Com afeto, no Senhor,

Adolfo Nicolás, S.J.

Prepósito Geral

Roma, 16 de setembro de 2011.

(Original em espanhol)



Editorial

Tenho o prazer de apresentar este trabalho sobre ecologia, fruto da elaboração generosa e entusiasmada de um Grupo de Trabalho *Força-Tarefa* ou *Task Force*, como era chamado em Inglês, que era a língua de comunicação, composto por especialistas de todas as Conferências tanto jesuítas como um leigos/as entre julho e novembro de 2010.

A deterioração do meio ambiente como resultado da ação humana tornou-se crítica para o futuro do nosso planeta e as condições de vida das gerações futuras. Há uma crescente consciência moral desta realidade.

A Igreja, e especialmente os dois últimos Papas, tem insistido na necessidade de nossa colaboração nos esforços para preservar o meio ambiente e proteger assim a criação e as populações pobres, que são as mais ameaçadas pelas consequências da degradação ambiental.

A Companhia também está envolvida nesta tarefa. São muitos jesuítas e colaboradores que, ao acompanharem comunidades rurais pobres, procuram proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável como condição essencial para o seu futuro. As gerações mais jovens de jesuítas mostram uma sensibilidade especial pela questão. Algumas Conferências identificaram a questão ecológica como uma prioridade apostólica. Em suma, são muitos os esforços que a Companhia realiza nesta área.

Não admira, portanto, que a última Congregação Geral 35 fez-nos ver que a “reconciliação com a criação” é uma dimensão da nossa missão hoje, uma expressão necessária de uma fé encarnada e comprometida.

No entanto, ainda precisamos de uma **mudança de coração**: confrontar nossas resistências interiores, lançar um olhar agradecido para a criação, deixar-nos tocar o coração pela realidade ferida, adquirir um compromisso pessoal e comunitário, introduzir mudanças em nosso estilo de vida e trabalho com decisão no âmbito cultural, institucional e político.

Este documento pretende ser um auxílio a mais neste longo caminho que requer um compromisso sincero de nossa parte. O texto aborda com rigor um assunto complexo. Ele ajuda a compreender a situação atual, permite-nos aprofundar na nossa missão e oferece uma série de **recomendações** valiosas e ponderadas para que as consideremos em nossas instituições, comunidades e províncias.

No entanto, a mensagem que nos transmite é de esperança: está em tempo de proteger esta criação ferida. Cabe-nos contribuir com o nosso grãozinho de areia.

Espero que a leitura e a oração do texto e o diálogo sobre esta questão entre os companheiros e em nossas comunidades e instituições nos ajudem a avançar no nosso caminho de reconciliação com uma criação ferida.

Patxi Álvarez, SJ

Diretor

Secretariado de Justiça Social e Ecologia
Cúria Geral da Companhia de Jesus
Roma, Itália

Visão de conjunto

O Grupo de Trabalho que preparou este documento tentou avaliar a situação ecológica do mundo de uma forma ampla e honesta, usando as últimas reflexões sobre o meio ambiente disponíveis à Companhia para oferecer uma visão geral do conjunto. O texto, depois de uma breve revisão histórica considera a reconciliação com a

criação à luz, por um lado, da dimensão de fé de nossa missão, em seguida, da dimensão da justiça, para considerar a seguir o diálogo com culturas e religiões. Termina apresentando oito recomendações para as comunidades, instituições e outros níveis de governo da Companhia.



Ver: Tendências globais atuais

O mundo em que vivemos não é o paraíso que desejaríamos. A maioria dos problemas ambientais atuais tem sido gerada pela ação humana. A avaliação que o capítulo 3 apresenta não se destina a desencorajar, mas a chamar a atenção para a urgência dos problemas, para que possamos comprometer-nos honestamente. Este capítulo também destaca o fato de que são os pobres que

mais sofrem as consequências da crise ecológica, algo que já está acontecendo e que ainda ocorrerá de forma mais intensa no futuro. Como jesuítas, não podemos fechar os olhos para esta realidade. Depois de examinar as avaliações regionais da África, Ásia, Europa, América do Norte e América do Sul, o Grupo de Trabalho identificou as seguintes tendências:

Pressão continuada sobre os recursos naturais

Degradação crescente do meio ambiente devido a sistemas agrícolas inadequados e à exploração insustentável dos recursos naturais

Grandes diferenças de renda entre ricos e pobres

Ausência de acesso a serviços básicos, como educação, saúde, etc.

Urbanização rápida que gera grande número de pessoas pobres e sem teto nas cidades

Consumismo crescente dentro de um paradigma econômico que não paga os custos da degradação ambiental

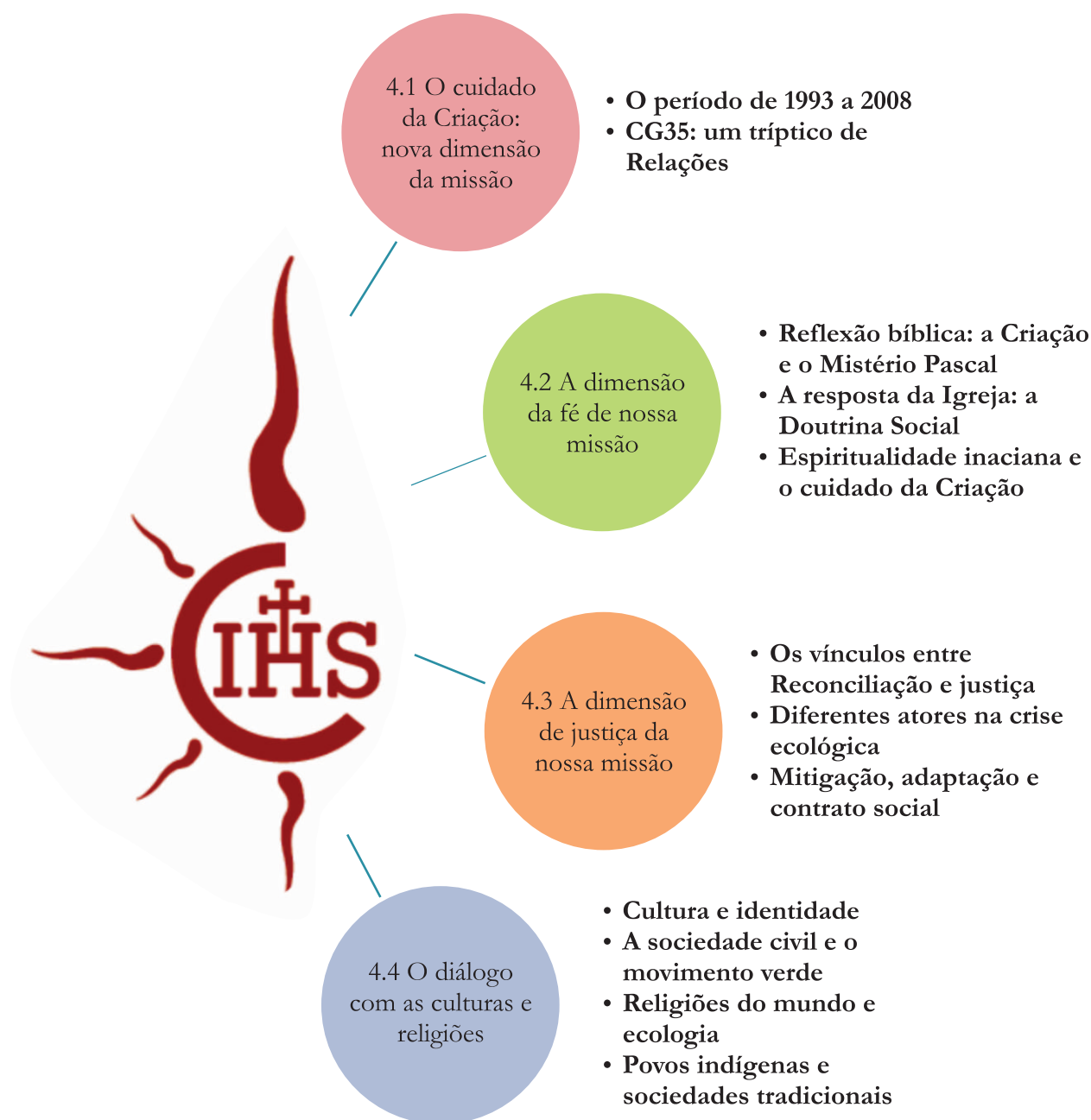
Interesses corporativos que se situam por cima dos interesses públicos, influenciando sobre as políticas meioambientais

Aumento de conflitos interreligiosos e interétnicos devido ao contexto socioeconômico

Julgar: A maneira inaciana de ver o mundo

Depois de olhar para a situação em que nós nos encontramos, o Grupo de Trabalho usou diversas fontes para avaliar esta realidade: recentes Congregações Gerais recentes da Companhia de Jesus, a Bíblia e a Doutrina Social da Igreja, as

descobertas das ciências sociais e as percepções próprias de outras religiões. Assim, aprofundou o alcance da crise ecológica, para em seguida tratar de responder de forma adequada aos desafios.



Atuar: Recomendações

As recomendações, contidas no capítulo 5, são um convite para atuar oferecido a todos aqueles que se sentiram interpelados pelos desafios descritos nos capítulos anteriores. As recomendações são dirigidas aos diversos apostolados da Compa-

nhia e aos diferentes níveis de governo. No capítulo 6 se encontram sugestões práticas para a vida diária das comunidades e instituições. Como introdução ao capítulo 5, acrescentamos algumas orientações que guiaram a reflexão:

(1) Convidamos as obras apostólicas a discernir sua gestão a partir de uma perspectiva ecológica; e as comunidades a desenvolver e compartilhar práticas que promovam estilos de vida ambientalmente mais sustentáveis.

(2) Convidamos todos os jesuítas e colaboradores na missão de analisar os efeitos da crise do meio ambiente sobre os pobres, os marginalizados e os povos indígenas.

(3) Convidamos os responsáveis pela comunicação e pela mídia a encontrar formas de aumentar a consciência e a motivação ecológicas.

(4) Convidamos os centros de ensino e pesquisa para envolver os estudantes de uma educação transformadora e explorar novos temas e áreas de pesquisa interdisciplinar.

(5) Convidamos tanto os centros de reflexão teológica e de espiritualidade como as obras sociais e pastorais a desenvolver os recursos espirituais que motivam nosso compromisso e a celebrar a criação.

(6) Convidamos a rever a formação dos jesuítas à luz das preocupações ambientais.

(7) Convidamos as Conferências a incluir explicitamente a questão da ecologia em seus planos apostólicos.

(8) Convidamos o governo central da Companhia a desenvolver um mecanismo de monitoramento e avaliação da execução do mandato do CG 35 para estabelecer relações justas com a criação.

1 Introdução

1] Como afirma a Congregação Geral 35 (CG 35), uma parte da missão da Companhia de Jesus consiste em responder aos desafios ecológicos e socioambientais para “uma apreciação mais profunda da nossa aliança com a criação” (D 3, 36). O cuidado do meio ambiente “afeta o centro da nossa fé em Deus e nosso amor por Ele” (D 3, 32). Afirmando este fato, a CG 35 segue de perto as orientações definidas por Bento XVI¹.

2] A implementação da chamada geral do GC 35 e da Igreja levou à criação de uma *Task Force* (comissão ou grupo de trabalho) sobre “a missão dos jesuítas e a ecologia”, como uma maneira de refletir sobre formas práticas de respeitar a criação. Do ponto de vista histórico, parece aconselhável realizar um “*aggiornamento*” de nossa tradição jesuíta sobre a ecologia². Estamos plenamente conscientes da importância de refletir tanto sobre a nossa missão, como sobre os desafios ambientais, por exemplo, as alterações climáticas ou a ausência de uma gestão adequada dos recursos naturais e de mineração. Tal reflexão é a chave para interpretar os sinais dos tempos, à medida que enfrentamos um problema que ameaça o próprio futuro da humanidade.

3] A *Força-Tarefa* foi convocada conjuntamente pelo Secretário de Justiça Social e Ecologia e pela Educação Superior. Ela era constituída por cinco jesuítas e uma pessoa leiga, escolhidos para representar as seis Conferências da Companhia. À *Força-Tarefa* foi dada a missão de escrever para o Padre Geral um relatório sobre “a missão dos jesuítas e a ecologia”. Pediu-se à Comissão que, inspirada pelo que foi dito sobre a Igreja e a Companhia³ e tendo em conta as iniciativas já tomadas por várias conferências e províncias⁴, apresentasse recomendações práticas para promover a integração da preocupação ecológica em todos os nossos ministérios⁵. Também se pediu que, no desenvolvimento de suas recomendações, adotasse uma perspectiva intersectorial ou interdisciplinar, enfatizando os aspectos globais e internacionais das diversas questões e concentrando-se em questões e metodologias em que a Companhia pudesse fazer uso de suas capacidades.

4] A fim de facilitar o caminho da *Força-Tarefa*, no dia 10 de maio de 2010 se reuniu na Cúria Geral de Roma o Conselho Ampliado, para discutir

¹ O Papa Bento XVI dedica todo o capítulo quarto da *Caritas in Veritate* a esta questão. Em sua última mensagem sobre a paz: “Se você quer promover a paz, proteja a criação” (01 de janeiro de 2010), faz a relação explícita entre os desafios ambientais e a paz.

² Já se passaram dez anos desde a publicação de “Vivemos em um mundo quebrado: Reflexões sobre Ecologia” (Secretariado de Justiça Social *Promotio Iustitiae*, abril de 1999); o documento foi elaborado em resposta ao pedido feito pela CG 34 em seu Decreto 20.

³ Recordemos os documentos mais importantes dos últimos 10 anos: CG 34, D. 20; “Vivemos em um mundo quebrado,” Secretariado de Justiça Social *Promotio Iustitiae*, abril de 1999, GC 35, D. 3; “A responsabilidade dos jesuítas pelo ambiente” (levantamento 2008/2009 sobre o que estão fazendo os jesuítas), Secretariado de Justiça Social, de 2009; e “Plano de Sete Anos para a Mudança de Gerações na Sociedade de Jesus”, apresentado no castelo de Windsor, em novembro de 2009.

⁴ Ver Plano de Sete Anos para a Companhia de Jesus elaborado para a reunião no castelo de Windsor (2009).

⁵ “Os jesuítas e... aqueles que compartilham a nossa missão [são convidados] a mostrar uma mais efetiva solidariedade ecológica em nossa vida espiritual, comunitária e apostólica” (P. H. Kolvenbach, citado pela GC 35, D. 3, n. 31). Para obter uma explicação, ver nn. 33-34.

a questão da ecologia⁶. Mais tarde, na primeira reunião da *Força-Tarefa* (5-9 julho de 2010), foi combinado o plano de trabalho e a distribuição das diferentes tarefas. Foi também decidido o envio de questionários curtos para um seletivo grupo

de pessoas de cada conferência e representativo dos diversos apostolados⁷. A *Força Tarefa* realizou uma última reunião em Roma de 15 a 20 de novembro de 2010 para terminar o relatório.

⁶ Para auxiliar o *Grupo de Trabalho* para refletir sobre a questão da ecologia, o Conselho Ampliado (*Consiglio Allargato*) do Padre Geral dedicou o 17 de maio de 2010 ao meio-dia para discutir o assunto. As recomendações contidas nas discussões de grupo e na sessão plenária foram compartilhadas com os membros da *Força-Tarefa* na primeira reunião do grupo, realizada em Roma de 5 a 9 de julho de 2010.

⁷ Foram elaborados alguns questionários, que foram enviados aos seguintes setores apostólicos: mídia social, o ensino superior, espiritualidade, pastoral indígena, pastoral social, educação secundária; mas também a casas de formação e a teólogos, assim como a alguns provinciais, presidentes de conferências e conselheiros. A lista completa está disponível na seção dos agradecimentos.

2 Visão

5] Aprofundar nossa experiência de fé no dom da vida que vem de um Deus criador exige de nós uma mudança na maneira de responder à urgente tarefa da reconciliação com a criação. A criação, dom do Deus da vida, converteu-se hoje em um bem material, que pode ser explorado e comercializado. Nosso mundo, cheio de paradoxos, nos confunde e acusa, apresentando, ao mesmo tempo, sinais encorajadores. Há medo, tumulto, tristeza, desespero, mas também expressões de esperança e confiança. Somos todos responsáveis, embora alguns mais que outros; todos nós sofremos as consequências, mas também alguns sofrem mais que outros. Muitos seres humanos, apoiados pelo desenvolvimento tecnológico e estimulados pela ganância, continuam dominando e pilhando a natureza, avançando para o “progresso”; são poucos, muito poucos, os que levam em consideração as consequências de suas ações.

6] Nos atuais desafios físicos e biológicos do nosso mundo, nossa experiência é dominada por respostas racionais e técnicas que embotam nossa sensibilidade para desvendar o mistério, a diversidade e a imensidão da vida e do universo. A profundidade espiritual de comunhão com a natureza é banida de nossa experiência por um excesso de racionalidade; se queremos responder às perguntas mais agudas das mulheres e dos homens do nosso tempo, temos de aprofundar e intensificar a comunhão com a criação. A este respeito temos muito a aprender com outras pessoas cuja experiência pode mover-nos a alimentar mais profundamente nossa fé; devemos estar cientes da esperança e da cura que tantas pessoas procuram no mundo de hoje, especialmente aquelas que são jovens ou vulneráveis ou têm necessidade de paz.

7] Agora, mais do que nunca, precisamos reconhecer Cristo no sofrimento e em lugares sem beleza, tanto na profundidade das coisas como na Páscoa, reconciliando a criação através de sua pessoa e da renovando a Terra. Apesar de nossa impotência, cobramos novas forças graças à sua presença e experimentamos sentido e amor em nossa dignidade. O “ver a Deus em todas as coisas” nos chama a uma relação mística com toda criação. A sabedoria de Deus e o novo tríptico que explicita a nossa missão de reconciliação⁸ nos comunicam força para ouvir todas as pessoas e trabalhar com elas. Nós admitimos que o mundo está ferido e quebrado e, humildemente, reconhecemos nossa parcela de culpa; mas isso é um convite para responder, a transformar-se em uma presença sanadora, plena de cuidado e dignidade, em lugares onde a verdade e a alegria da vida estejam em franco retrocesso.

8] A degradação ambiental devido ao consumo energético insustentável e a ameaça de escassez de água e de alimentos são consequências sentidas na sociedade global de hoje: o mar de Aral, Aceh (Indonésia), Darfur, o furacão Katrina, Copenhague, Haiti, o Golfo do México... O conflito entre “bens” (por exemplo, entre o desenvolvimento energético nacional e o suprimento da subsistência local) requerem um discernimento profundamente informado. O aumento exponencial da densidade populacional dos atuais 6.800 milhões aos 9.000 milhões previstos para 2050, exacerba a demanda por recursos naturais e a geração de resíduos. Tanto o direito ao desenvolvimento como a chamada ética para a redução do consumo representam um enorme desafio para a humanidade. Há poucas respostas fáceis; somos instados a examinar a forma como devemos viver e dar testemunho disso. Contemplan-

⁸ 3, nn. 12 e 18.

do os sinais dos tempos e discernindo a missão, devemos explorar corajosamente novas formas de viver a solidariedade ecológica.

9] A luta por uma vida digna se estende através de um abismo socioeconômico: da privação absoluta em uma extremidade, ao consumo abusivo na outra. O espectro inclui a povos indígenas cronicamente empobrecidos e marginalizados, a migrantes e pessoas deslocadas, os quais estão lutando para satisfazer suas necessidades básicas e alcançar um certo grau de segurança; mas também aqueles que procuram uma vida melhor e uma promessa de progresso, bem como os que se deixam levar pelo consumismo. Onde a muitos faltam os alimentos, alguns devem reduzir o consumo. Dignos, mas humildes, todos nós precisamos de justiça assim como buscamos a paz e tentamos ‘viver o reino’.

10] O nosso carisma e nossa vocação nos impõem a renovar relações, desafiam nossos compromissos intelectuais e espirituais, assim como a formação contemporânea e nos movem a profes-

sar um compromisso profundo com a criação, aprendendo com o Livro da Natureza a ser co-criadores através da participação na plenitude da vida. Devemos buscar colaboradores leigos e movimentos sociais junto aos quais atuar no plano local, regional e universal, unindo-nos – e participando – na busca mais abrangente de respeito e responsabilidade com o meio ambiente.

11] O desafio é novo e velho ao mesmo tempo e diz respeito a todos os nossos ministérios. Este documento leva a sério essa diversidade, fala de conversão pessoal, apela para a mente e o coração, a indivíduos e instituições, a conferências e províncias, e é dirigido a todos os setores apostólicos: teológico, espiritual, pastoral, social, educacional, intelectual e científico. Devemos atuar em diálogo com o mundo, com todas as religiões e com aqueles que se comprometem a promover a justiça ambiental. Este é um diálogo crucial na própria fronteira da sustentabilidade ecológica de toda a vida.

3 O contexto de nossa resposta apostólica

3.1 Vivemos em um mundo conturbado

12] A cidade de Copenhague está associada ao fracasso da Cúpula sobre as Mudanças Climáticas de dezembro de 2009⁹. Como é possível que, dada a gravidade dos dados fornecidos por cientistas, os líderes políticos fossem incapazes de chegar a um acordo, apesar da terrível ameaça que implica a falta de resposta? Tem-se observado que depois do fracasso de Copenhague, estamos em um “ponto morto climático” para o qual se apontam três razões principais: o enorme desafio econômico envolvido na redução dos gases de efeito estufa, a complexidade da ciência do clima e as campanhas deliberadas para enganar a opinião pública e desacreditar a ciência¹⁰.

13] O desafio econômico que constitui a redução de gases de efeito estufa era evidente em Copenhague: embora não haja consenso sobre a quantidade de dinheiro que seria necessário para esse fim, as estimativas variam entre 500.000 e 800.000 milhões anuais de dólares¹¹. Ter que discutir tais cifras em meio a uma grave crise econômica e finan-

ceira dificultou a costura de um acordo e obtenção de recursos financeiros para que os países pobres tenham acesso à tecnologia ou, mais importante, para ajudar a transformar os sistemas de produção de energia¹². Compreender o clima da Terra e o componente de origem humana da mudança climática é uma tarefa difícil que envolve milhares de cientistas de todo o mundo. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC por sua sigla em Inglês: *Intergovernmental Panel on Climate Change*) é, apesar de seus erros, um esforço impressionante de colaboração para fornecer aos responsáveis políticos e ao público em geral o melhor conhecimento científico possível¹³. O conhecimento científico é incompleto e persistem incertezas importantes sobre a magnitude, os tempos e os exatos riscos das mudanças climáticas¹⁴. Isto levou a campanhas destrutivas contra a ciência do clima impulsionadas por poderosos interesses e ideologias, dirigidas ao menos aparentemente a criar uma atmosfera de ignorância e confusão¹⁵.

14] Embora a resposta política para a mudança climática esteja num ponto morto, como já ob-

⁹ A cúpula (cimeira) foi uma das reuniões de chefes de Estado e de Governo mais numerosas já realizadas; embora todos os participantes reconhecessem que a mudança climática representa uma ameaça à vida no planeta, foi impossível conseguir um acordo suficientemente ambicioso, eficaz e abrangente.

¹⁰ Jeffrey Sachs, ‘Comprender el *impase* climático’, <<http://www.project-syndicate.org/commentary/sachs168/Spanish>>.

¹¹ Este valor é comparável ao orçamento de defesa anual nos Estados Unidos, mais de 600.000 milhões de dólares. Esta é, inegavelmente, um enorme valor em dinheiro, especialmente quando se pretende considerá-lo como “dinheiro novo”, isto é, não desviado do orçamento já previsto para metas, tais como a ajuda ao desenvolvimento, mas computando somente os compromissos novos e reais das economias mais desenvolvidas.

¹² Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico na Europa [da OCDE] / Agência Internacional de Energia [IEA] (2009), *Como pode a indústria de energia contribuir a um acordo sobre o clima em Copenhague*, Agência Internacional de Energia, Paris.

¹³ <<http://www.ipcc.ch/>>.

¹⁴ Ao público não especializado custa, naturalmente, saber como lidar com esta complexidade e incerteza, especialmente porque a mudança climática é governada por uma escala de décadas e séculos, em vez de meses e anos, <<http://reviewipcc>>.

¹⁵ As grandes companhias petrolíferas e outros grandes interesses corporativos estão envolvidos neste jogo, financiando vergonhosas campanhas de relações públicas contra a ciência do clima. Sua estratégia consiste em exagerar as incertezas da ciência climática para criar a impressão de que os cientistas do clima estão participando de outro tipo de conspiração para assustar a opinião pública. O *Climategate* estourou justamente pouco antes da conferência de Copenhague, quando milhares de e-mails e documentos foram roubados de um servidor do Centro de Pesquisa Climática da Universidade de East Anglia (Grã-Bretanha) e divulgados na Internet. O caso acabou quando se conseguiu mostrar que o escândalo era apenas devido ao uso de uma gíria coloquial entre os cientistas e que não havia nenhum sinal de conspiração de qualquer tipo. Ainda assim, o Conselho Inter-Academy foi encarrega-

servado, o sofrimento de milhões de pessoas não pode esperar. Nem se deve continuar diminuindo as chances das gerações futuras. Não há dúvida de que nosso planeta está ameaçado e que o atual modelo econômico não se sustenta, a menos que decidamos agir para reverter o triste e pernicioso futuro que aguarda a milhões de pessoas. Isto coloca a crise ecológica num contexto mais amplo de relações intergeracionais. Até agora, a compreensão dos problemas ambientais causados pelas atividades humanas era referida a ocorrências de caráter local: por exemplo, a poluição dos rios, o desmatamento, o esgotamento dos reservas de peixe ou deslizamentos de terras provocados pelas intervenções no território. Os danos tinham causas locais e o remédio – assim se pensava – também devia ser aplicado localmente: tratamento de água, reflorestamento, etc. Agora, no entanto, as alterações climáticas e a redução da camada de ozônio deixam clara uma nova face da crise ecológica: as ações locais têm consequências globais. O planeta está ameaçado como um todo, e apenas uma resposta dada por todos pode ser verdadeiramente eficaz.

15] A crise ecológica desafia a nossa fé. O que está ameaçado é o sonho de Deus como criador. É o mundo, o mundo que Deus colocou nas mãos da humanidade para que cuidasse dele e o preservasse, esse mundo corre perigo real de destruição. Esta não é uma mensagem apocalíptica, mas uma possibilidade muito real, se nos fechamos na pequenez de nossa vida e nos recusamos a agir com convicção e firmeza. A primeira vítima é a Terra, com os recursos que ela contém, destinados para as gerações presentes e futuras. A biodiversidade merece uma menção especial: sua

perda é irreversível e reduz significativamente a riqueza natural. A próxima posição entre as vítimas é ocupada pelos mais pobres do mundo¹⁶.

16] A crise ecológica ameaça a subsistência vital de todos os povos, especialmente dos mais pobres e vulneráveis: aqueles que vivem em contextos cada vez mais frágeis e caracterizados principalmente por desastres naturais, mudanças nas condições climáticas, poluição, desmatamento, desertificação e o esgotamento do solo. O acesso cada vez mais restrito aos recursos naturais torna mais e mais difícil a gestão do necessário para viver; os desastres tais como inundações, incêndios ou contaminação química podem empurrar famílias inteiras à pobreza extrema. Os pobres, que dependem mais pesadamente sobre os recursos naturais, são reconhecidamente como mais vulneráveis a alterações ambientais. Apesar de seus conhecimentos sobre as peculiaridades de cada estação, os pobres – de poucos recursos devido a sua condição socioeconômica – não podem preparar-se para as consequências do esgotamento dos recursos naturais, ou responder à velocidade com que acontecem as mudanças. Condições de vida anti-higiênicas e ambiente de trabalho deficiente, sem dúvida, contribuem para a falta de saúde. Nas áreas urbanas, a contaminação da água para o abastecimento, inundações de casas, a falta de esgoto, águas estagnadas e ausência de saneamento são causas e consequências da pobreza¹⁷. A ligação entre o ambiente e a pobreza é inevitável, e esse é o verdadeiro desafio para todos nós¹⁸. A seção seguinte discute brevemente os desafios ambientais de cada região do mundo e as conexões com a pobreza.

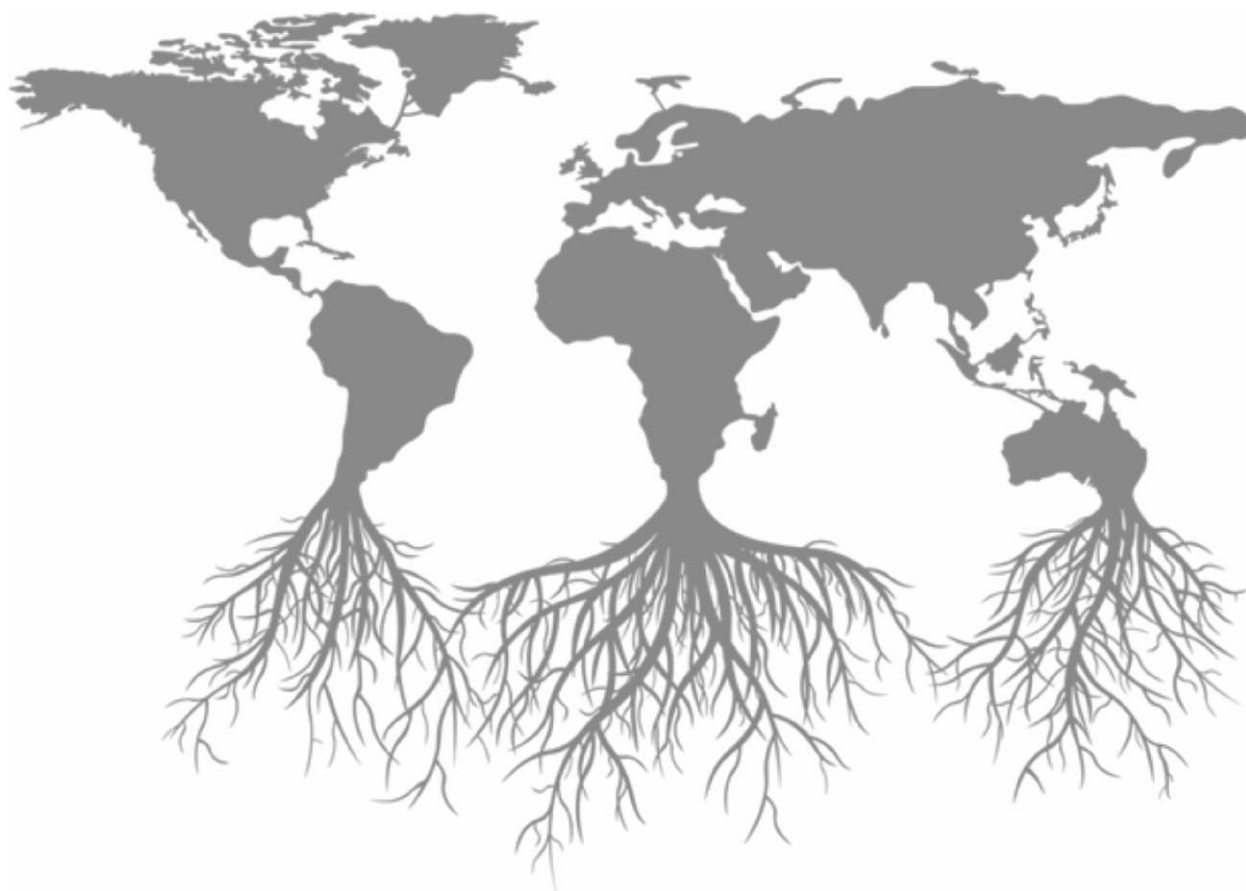
do de examinar os procedimentos do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change* – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas). O Conselho recomendou melhorar a liderança e os procedimentos de avaliação por pares.

¹⁶ Bento XVI, *Caritas in Veritate*, n° 48.

¹⁷ Mary Ann Brocklesby, *Poverty and the Environment: What the Poor Say* (Pobreza e Meio Ambiente: o que dizem os pobres), Center for Development Studies, University of Wales, Swansea, 2001.

¹⁸ As imagens das recentes inundações no Paquistão, afetando mais de 20 milhões de pessoas, ilustram de maneira eloquente este ponto. A crise ecológica só pode ser abordada no contexto das mudanças globais necessárias para reverter a situa-

3.2 Avaliação regional



África

17] Na África, as questões ambientais estão intrinsecamente relacionadas aos recursos naturais e à pobreza. A África é rica em recursos minerais, mas o continente ainda tem o maior percentual de pobres no mundo¹⁹. Para a maior parte da África, a agricultura é a principal atividade econômica e proporciona meios de subsistência e de emprego a até 70% da população²⁰. Particularmente nas regiões central e sul da África, as indústrias de extração lideradas por empresas multinacionais estão mais interessadas nos minerais

do que no bem-estar das pessoas ou no meio ambiente. Comunidades inteiras são muitas vezes deslocadas para limpar o caminho para as indústrias mineradoras, deteriorando de forma permanente os vínculos culturais e espirituais das pessoas com a terra de seus ancestrais, em troca de uma compensação inadequada para a destruição de seus meios de subsistência. Além disso, os benefícios da mineração não chegam às comunidades onde os minerais são extraídos. Algumas empresas ignoram de forma deliberada as políticas nacionais de proteção ao meio ambiente, outras

ção de extrema pobreza em que vivem milhões e milhões de seres humanos. E a redução da pobreza só pode ser empreendida no contexto da recuperação ambiental.

¹⁹ PNUMA (2006), *Africa Environment Outlook 2 (Visão do meio ambiente africano)*, Programa Ambiental das Nações Unidas, Nairobi.

²⁰ ECA (2004c), *Land Tenure Systems and their Impacts on Food Security and Sustainable Development in Africa (Sistemas de posse da terra e seus impactos sobre a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável na África)*, Economic Commission for Africa, Adis Abeba, <http://www.uneca.org/eca_resources/Publications/sdd/Land_Tenure_systems.pdf>.

subornam funcionários corruptos do governo para evitar penalidades. A Nigéria está sendo devastada pelas consequências ecológicas de contínuos derrames de petróleo, a extração irresponsável de combustíveis fósseis e por explosões de gás que talvez sejam os piores em todo o mundo; o Delta do Níger, por sua vez, tornou-se uma grave ameaça não apenas para a segurança da África Ocidental, mas também para a paz mundial. Mudanças no clima afetam a produção de alimentos e limitam drasticamente a sua capacidade econômica da África para reduzir a pobreza. Na Zâmbia, a intensidade e a frequência das secas e inundações têm aumentado. Grande parte do continente especialmente dos países sem saída para o mar, como o Chad, enfrenta desafios significativos associados à desertificação, levando a uma crescente preocupação com a segurança da água.

América Latina

18] Na América Latina, a destruição do potencial produtivo ocorre através do impacto social, cultural e ambiental dos grandes projetos de mineração e de energia, a privatização da água, a introdução de modelos de tecnologia inadequada e o ritmo devastador da extração de recursos naturais. A disseminação de padrões sociais de consumo leva à deterioração dos ecossistemas através da erosão do solo e esgotamento dos recursos naturais. A expansão agrícola nos trópicos latino-americanos é realizada principalmente por pessoas que foram expulsas de suas terras tradicionais pela pobreza, a violência e a falta de terras agrícolas. A apropriação das melhores terras e grandes áreas de trabalho para a agricultura comercial e criação de gado deslocou a agricultura de subsistência para as encostas e montanhas. Há

desequilíbrios regionais de desenvolvimento que afetam particularmente os povos indígenas, bem como usos irracionais da água, energia, florestas tropicais, minerais e recursos humanos, tudo isso causado pela concentração urbana e industrial e centralização política e econômica. A devastação dos recursos naturais e o impacto que isso tem sobre os problemas ambientais globais são, em grande parte, resultado de modelos deficientes de industrialização. O desenvolvimento e implementação de modelos alternativos não é tão complicado como parece à primeira vista²¹, mas os conhecimentos técnicos e científicos também são necessários para desenvolver uma produção sustentável de recursos tropicais.

Europa

19] Os países desenvolvidos têm uma “responsabilidade comum, mas diferenciada” na gestão dos gases de efeito estufa²². A posição da UE é reduzir as emissões futuras em 20% até 2020. A Europa também terá de se adaptar às novas condições climáticas. Por um lado, haverá uma redução drástica do abastecimento de água, como resultado das secas e desertificação nos países do sul; mas também ocorre uma redução da oferta na região dos Alpes, dos quais provêm 40% da água doce, causada pelo aumento da temperatura média²³. Além disso, grande parte da Europa irá sofrer um aumento de precipitações. A Europa necessita de assegurar um fornecimento e distribuição estável de energia para todo o continente. A Comissão Europeia indicou um objetivo obrigatório: até 2020, 20% de toda energia consumida na Europa terá de vir de fontes renováveis

²¹ Para PNUMA, os problemas prioritários na América Latina e no Caribe são o crescimento urbano, ameaças à biodiversidade, danos costeiros, poluição marinha e vulnerabilidade às mudanças climáticas. No entanto, as áreas protegidas (tanto marítimas como terrestres, como classificadas pela IUCN, União Internacional para Conservação da Natureza) já representam 10,5% do território, e a prevenção integrada e os programas de controle estão contribuindo para reduzir as taxas anuais de desmatamento na Amazônia. PNUMA, *Cuarto Informe: Perspectivas del Medio Ambiente Mundial*, <http://www.unep.org/geo/GEO4/report/GEO-4_Report_Full_ES.pdf>.

²² Agência Europeia do Meio Ambiente, *Señales de la AEMA 2009, Copenhague*, 2009.

²³ IPCC (2007), *Relatório do IPCC: Impactos da Mudança do Clima, Adaptação e Vulnerabilidade*, abril de 2007. Uma síntese em espanhol pode ser lida em: <http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr_sp.pdf>.

(eólica, solar, biomassa, das marés, etc.). Atualmente, a energia renovável oferece 6,7% do consumo de energia na Europa. Um dos principais problemas neste continente é o tratamento de grandes quantidades de resíduos gerados pela atividade industrial e do consumo. Metais, papel, plásticos e outros resíduos produzidos na Europa são enviados principalmente para a Ásia. A legislação da UE favorece a exportação de resíduos para outros continentes para a reciclagem. Para os países em desenvolvimento, essa representa uma fonte barata de matérias-primas, tais como papel ou alumínio, mas as condições de trabalho costumam ser insalubres e não levam em consideração as consequências ambientais dessas atividades²⁴.

Ásia Meridional

20] No sul da Ásia, as inquietações ecológicas e as preocupações ambientais têm sido tradicionalmente vistas como problemas próprios do Ocidente. Hoje, no entanto, a proteção ambiental é considerada uma das questões mais prementes, como é evidente nas mudanças climáticas, aquecimento global, desastres naturais, perda de biodiversidade, esgotamento dos recursos naturais e perda de meios de subsistência. Em passado recente, muitas áreas dos países do sul da Ásia

foram devastadas pelas inundações²⁵, ciclones²⁶ e secas, fenômenos de uma magnitude desconhecida – e assustadoramente frequentes –; e, ao mesmo tempo, as populações pobres e marginalizadas estão sofrendo crises ambientais múltiplas e perturbadores que resultam em falta de energia, água e meios de subsistência²⁷. Na Índia, uma série de movimentos ecologistas de caráter popular desafiou o paradigma desenvolvimentista e conseguiram que as preocupações ambientais passem a primeiro plano da cena política. Estes movimentos, tanto os mais conhecidos como os relativamente menos visíveis, estão preocupados com questões de miséria que as comunidades marginalizadas sofrem como resultado de terem sido privadas de seus meios de subsistência²⁸. A vontade política de resolver esta crise ecológica holística prima pela ausência²⁹. Nos últimos anos, o governo indiano, ao invés de trabalhar no sentido de reformas agrícolas e garantir uma distribuição equitativa dos recursos, tem proporcionado a terra livre e recursos naturais gratuitamente para empresas estrangeiras. Como resultado das políticas neoliberais, a situação socioeconômica piorou recentemente, especialmente para os pobres, os aborígenes e os *dalits*³⁰. A expansão do movimento *Chipko* oferece lições valiosas sobre a incidência política por parte de organizações de

²⁴ <<http://storyofstuff.org/electronics/>>, conferir também Agência Europeia do Meio Ambiente, *Señales de la AEMA 2009*, Copenhague, 2009.

²⁵ Mais de 20 milhões de pessoas foram afetadas pelas repentinas inundações no Paquistão, em Julho e Agosto de 2010, superando o número total de indivíduos afetados pelo tsunami do Oceano Índico em 2004, o terremoto da Caxemira em 2005 e o terremoto no Haiti em 2010.

²⁶ O ciclone Sidr, que devastou Bangladesh em 2007, foi considerado um grande sinal de alarme, foi considerado como um efeito colateral do aquecimento global, <<http://www.thedailygreen.com/environmental-news/blogs/shapley/bangladesh>>.

²⁷ De acordo com um novo estudo da Universidade de Oxford que usa o Índice de Pobreza Multidimensional (MPI), 55% dos 1.100 milhões de pessoas na Índia (ou seja, 645 milhões) vivem na pobreza. Embora muitas vezes se enfatiza a pobreza na África, a pesquisa de Oxford constatou que existe mais pobreza extrema na Índia do que no conjunto de um número considerável de países africanos. A pobreza em oito estados da Índia – Bihar, Chhattisgarh, Jharkhand, Madhya Pradesh, Orissa, Rajastán, Uttar Pradesh e Bengala Ocidental – superava a dos 26 países africanos mais pobres. (La mitad de la población de la India vive por debajo del umbral de la pobreza: Arun Kumar in <<http://www.countercurrents.org>>) Em contrapartida, esses oito estados contêm grandes reservas de recursos minerais; além disso, como um resultado da intensa exploração destes recursos minerais, grandes setores da população indígena estão sendo deslocados.

²⁸ Smitu Kothari, “A Million Mutinies”, *Humanscapes*, Setembro de 2001.

²⁹ Lawrence Surendra. “Posturing as policy”, *Frontline*, vol. 27, 2010.

³⁰ Pinto Ambrose, “Manmohan Singh and Naxal-Maoist Upsurge: Clash of Models of Development”, *Mainstream*, Vol. XLVII, n. 37, 2009.

base³¹. Além da proibição total da exploração madeireira no Himalaia, as pessoas exigem maior controle local das florestas para uso próprio.

América do Norte

21] A dependência dos combustíveis fósseis é uma questão ambiental básica na América do Norte. Historicamente, os Estados Unidos têm sido o maior emissor mundial de gases de efeito estufa (perdendo apenas para a China nesta década); o Canadá, por sua vez, ficou em sétimo lugar. Para que a ação internacional frente à mudança climática seja eficaz, ela precisa da cooperação dos Estados Unidos. As novas tecnologias desenvolvidas para extrair combustíveis fósseis anteriormente inacessíveis causam danos imensos a grandes espaços naturais (por exemplo, extração de areias de alcatrão, em Alberta, a mineração de carvão a céu aberto nos Apalaches, de extração de óleo de xisto betuminoso no Canadá e nos Estados Unidos e prospecção de petróleo no fundo do mar). Outros desafios ambientais na América do Norte são causados por tecnologias industriais na agricultura. A produção de alimentos é maior do que em qualquer outro momento da história, a agricultura industrial envolve custos ambientais externos generalizados, incluindo o desmatamento massivo, perda de solo, o esgotamento dos aquíferos, o acúmulo de herbicidas e pesticidas, a poluição dos rios, a existência de zonas costeiras mortas e a liberação no meio ambiente de organismos geneticamente modificados que não tenham sofrido controles suficientes. Um terceiro elemento, ou seja, o consumo

excessivo, é um catalisador do esgotamento dos recursos naturais, da economia de bens descartáveis e da acumulação de resíduos. O nascente movimento ambiental está respondendo com campanhas de conscientização, de pesquisa sobre energias limpas, de inovadoras empresas “verdes”, de produção ecológica em pequena escala, de pontos de venda de produtos usados e um consumo mais responsável.

Ásia-Pacífico

22] No que diz respeito ao meio ambiente, a situação na região Ásia-Pacífico está piorando. O ar urbano se deteriora, agrava-se a poluição da água, a erosão e a escassez de água aumentam rapidamente, os habitats naturais se degradam e seu número diminui³². É verdade que na última década cerca de 270 milhões de pessoas saíram da pobreza na região, mas o crescimento econômico industrial e agrícola implicou num alto preço. Os povos indígenas sofrem intensamente como resultado da expansão tecnológica e exploração de recursos em lugares onde seus direitos são violados pelo esforço desenvolvimentista. Os resíduos gerados pelas residências e indústrias, tais como resíduos sólidos, poluentes atmosféricos e gases de efeito estufa ameaçam a prosperidade da região e minam as conquistas alcançadas na redução da pobreza. A corrida pelo controle da energia hidráulica como acontece, por exemplo, com o Mekong ou outras fontes de energia na região, passa por cima de preocupações básicas com os meios de subsistência e sustentabilidade dos ecossistemas. Quinze dos 24 principais ecossiste-

³¹ O movimento *Chipko* ou *Chipko Andolan* (*chipko* é um termo hindi que literalmente significa “aferrar-se a”) é um movimento socioecológico que praticava os métodos de *satyagraha* e de resistência não violenta de Gandhi, abraçando árvores para impedir que fossem cortadas, <<http://es.wikipedia.org/wiki/Chipko>>.

³² Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB, 2009), “Preparation of the 2010 Asian Environment Outlook (AEO), ‘Relatório de Assistência Técnica’, Número do Projeto: 41273-01, Research and Development Technical Assistance (RDTA), maio de 2009. Discussões recentes entre o ADB, a UNESCAP (*Comissariado Econômico e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico*) e UNEP têm enfatizado a necessidade de o relatório sobre o ‘estado do meio ambiente’ seja uma publicação menos descritiva e científica, tornando-se mais em um relatório analítico que seja útil para os debates políticos, o planejamento e a tomada de decisões. Em consequência, em vez de dar à imprensa duas publicações independentes em 2010, as três organizações decidiram elaborar conjuntamente o AEO 2010”. Acessível em: <<http://www.adb.org/Documents/TARs/REG/41273-REG-TAR.pdf>>.

mas estão sendo degradados ou sendo usados de forma insustentável³³, e a elevada biodiversidade e o alto número de espécies endêmicas³⁴ na região começam a manifestar perdas. As extrapolações das mudanças climáticas indicam que é preciso contar com uma maior frequência de padrões climáticos extremos e de riscos hidrológicos, tais como inundações e secas. Embora a região esteja ganhando importância por causa de seu crescimento econômico, as taxas de desemprego ainda são altas. As migrações, os deslocamentos forçados e pobreza continuam sendo fenômenos generalizados, e desastres relacionados ao clima estão aumentando. Entretanto, há ainda muitas necessidades que esperam resposta, pois o crescimento econômico não beneficiou todos os setores da população nem ao meio ambiente³⁵.

3.3 O papel da ciência e da tecnologia

23] Ao considerar o contexto de nossa resposta apostólica aos desafios ambientais, não podemos deixar de mencionar o papel da ciência e tecnologia. Os avanços nas tecnologias que implicam custos elevados para o meio ambiente ou à saúde humana (por exemplo, culturas geneticamente modificadas, uso de hormônios de crescimento na produção de carne, a extração destrutiva de recursos naturais, etc.) têm importantes implicações éticas. Uma perspectiva ética, que nos falta hoje em dia, deveria sempre desempenhar um papel rigoroso nesta crescente indústria.

24] Por outro lado, o conhecimento científico e da tecnologia pode gerar um potencial ‘benévolo’ de inovação. Os avanços tecnológicos em áreas como a produção de energia limpa, um projeto arquitetônico energeticamente eficiente, a reciclagem de água, a degradação microbiana de con-

taminantes e agricultura sustentável abrigam promessas de mitigação das mudanças climáticas. Nosso conhecimento da natureza pode estar direcionado para o desenvolvimento de novos recursos naturais e tecnológicos. É crucial reconhecer que a ciência e a tecnologia têm aberto a possibilidade de organizar um processo de desenvolvimento econômico sustentável. Um processo de produção baseado na criação de uma estrutura tecnológica mais complexa, dinâmica e flexível, integrada no processo ecológico global de produção e reprodução de recursos naturais, oferece opções para sustentabilidade mais versáteis do que as resultantes da valorização dos recursos através de indicadores de mercado e do planejamento econômico setorial. Ademais, permite uma melhor distribuição espacial dos recursos produtivos e um acesso mais equitativo à riqueza social.

25] A gestão integrada dos recursos exige uma política que combine o conhecimento tanto da ciência como das diferentes disciplinas que interagem nestes processos. O desenvolvimento sustentável coloca um desafio mais profundo e mais fundamental do que muitos pesquisadores, profissionais e políticos têm assumido até agora. Requer mais do que novas tecnologias e práticas: exige profissionais dispostos e capazes de aprender com aqueles que trabalham no campo, os agricultores e diaristas; exige instituições externas que dêem seu apoio, exige grupos locais e instituições capazes de gerir os recursos de forma eficaz; e, sobretudo, requer políticas que sustentem estas ações. Ele também nos obriga a examinar criticamente a natureza de nossa conceituação de que seja sustentabilidade e o caminho para alcançá-la.

26] As estratégias de gestão abrangente de recursos levam a investigar sobre as propriedades e o uso potencial dos recursos. Fazem isso através da introdução de processos mais eficientes de fo-

³³ (Avaliação do Ecossistema para o Milênio (2005): Ecossistemas e bem-estar humano. Síntese). <<http://www.millenniumassessment.org/documents/document.356.aspx.pdf>>.

³⁴ Espécies próprias de vegetais ou animais, exclusivamente de determinada área geográfica.

³⁵ UNESCAP (2010), “Economic and Social Survey of Asia and the Pacific 2010: Sustaining Recovery and Dynamism for Inclusive Development”, Nações Unidas, Bangkok, Tailândia. Acessível em: <<http://www.unescap.org/survey2010/download/survey2010.pdf>>.

tossíntese e de transformação fitoquímica e bioquímica, assim como de novas tecnologias de materiais e novas fontes energéticas. Essa perspectiva de desenvolvimento nos obriga também

a reavaliar, restaurar e melhorar um conjunto de técnicas tradicionais e a desenvolver novas competências científicas e práticas.



3.4 Tendências globais atuais

27] A análise das principais tendências deve começar por reconhecer os esforços em favor da solidariedade, da justiça, da paz e da equidade ecológica realizados em muitas partes do mundo. A solidariedade, também no campo da ecologia, é uma força real, impulsionada por milhares de

movimentos sociais, iniciativas cidadãs e compromissos políticos em todo mundo. A Companhia de Jesus e outras congregações religiosas da Igreja Católica não estão alheias a este compromisso em favor da solidariedade com o meio ambiente; na verdade, em diversos lugares estão en-

volvidos em projetos específicos em busca de alternativas que contribuam para a sustentabilidade ambiental, agrícola ou energética, pensando especialmente nos mais desfavorecidos. Também se prestou apoio a sobreviventes de diversas catástrofes naturais e às pessoas por elas desalojadas; igualmente, intensificou-se o esforço para promover a tomada de consciência ecológica e a reflexão ética e teológica.

28] Enquanto o Brasil, Índia, África do Sul e China estão emergindo como novas e influentes potências econômicas, a riqueza tende a se concentrar em uma pequena porcentagem da população desses países. Do ponto de vista ecológico, isso se reflete em um baixo acesso per capita a recursos que atendem necessidades básicas como água e energia. As fachadas das grandes cidades mascaram o fato de que centenas de milhões de pessoas enfrentam as mesmas dificuldades sociais. Estes problemas sociais podem ser resumidos como segue:

- Pressão contínua sobre os recursos naturais devido ao aumento da população humana.
- Progressiva degradação ambiental causada por sistemas inadequados de produção agrícola e pela exploração insustentável dos recursos naturais.
- Enormes disparidades de renda entre ricos e pobres.
- Acesso inadequado aos recursos básicos, como educação, saúde, etc.
- A rápida urbanização, associada a um número crescente de famílias urbanas pobres e desabrigadas.

- Crescente consumismo no contexto de um paradigma econômico que cobre os custos ecológicos.
- Os interesses empresariais, muitas vezes têm precedência sobre os interesses públicos em políticas nacionais de meio ambiente.
- Intensificação dos conflitos inter-religiosos e interétnicos, muitas vezes catalisados pelo contexto socioeconômico.

29] A crise econômica e financeira global pôs em evidência a ligação intrínseca entre a degradação ambiental, as consequências de novos deslocamentos ocorridos na ordem geopolítica e os conflitos culturais que ocorrem no mundo. Uma solução duradoura para essa crise complexa exige que se leve em conta estes três aspectos.

30] Destas tendências globais se deduz o interesse pela rápida recuperação das comunidades depois de experiências de conflito e de catástrofes, uma recuperação que é uma parte crucial da resposta que visa a redução da pobreza e a sustentabilidade ambiental. As comunidades devem ser resistentes e flexíveis, isto é, capazes de retornar à sua situação original, de restabelecer rapidamente a rotina diária. Empresas adequadamente organizadas podem criar resiliência econômica, social e ambiental para amortecer os impactos das mudanças climáticas e contribuir para a estabilidade social básica³⁶. Isso só ocorre quando as famílias pobres podem se beneficiar de uma boa gestão dos seus ecossistemas. Uma melhor governança, que pode ser favorecida através de uma reforma agrária, também poderia despertar o interesse próprio que conduza a uma melhora de base de recursos naturais, seja na agricultura, sil-

³⁶ A resiliência no contexto rural informa o contexto global e pode ser categorizada em três dimensões: (i) A dimensão ecológica da resiliência é o grau de alteração que um ecossistema pode absorver sem cruzar a fronteira rumo a uma estrutura ou estado de ecossistema diferente. (ii) A dimensão social da resiliência é a capacidade de gerenciar crises internas ou externas, e resolvê-los de forma eficiente. No melhor dos casos, permite que os grupos não só resolvam as crises, mas também aprender com eles e sair mais fortes da experiência. Ele inclui a capacidade de fortalecer a unidade da comunidade e resolver problemas em conjunto, apesar das diferenças no grupo. O capital social e a consciência partilhada de identidade e de ter um objetivo comum reforça este aspecto da resiliência. (iii) A dimensão econômica refere-se à capacidade de recuperação de condições econômicas adversas. Significa ter diferentes opções econômicas abertas em caso de falha de uma determinada atividade econômica, ou ser capaz de criar novas opções, se necessário. Beneficia-se da capacidade de usar uma grande variedade de conjuntos de habilidades e contatos. World Resources Institute [WRI], Banco Mundial [WB], e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD] (2008), "World Resource: Roots of Resilience: Growing the Wealth of the Poor", WRI, Washington, DC. Acessível em: <http://pdf.wri.org/world_resources_2008_roots_of_resilience.pdf>.

vicultura ou pesca. Muitos dos nossos ecossistemas e de nossas comunidades mais pobres sofrerão os extremos da mudança climática e, dados seus atuais sistemas naturais e sociais, uns e outros só dispõem de uma capacidade limitada de

recuperação; para regenerar-se, eles necessitam de socorro por parte da sociedade. A adaptação das comunidades pode ser facilitada adicionalmente por um desenvolvimento adequado em ciência e tecnologia.

4 Entender nossa missão jesuíta no contexto da crise ecológica

31] Nesta seção vamos examinar os vários aspectos da relação entre a nossa missão jesuíta e a chamada para reconciliar-nos com a criação. Nas últimas três congregações gerais, a missão jesuíta foi definida como “o serviço da fé e a promoção da justiça, indissolavelmente unidos.” Também tem sido afirmado que “o diálogo com pessoas diferentes de nós em cultura e religião... é uma parte integrante de nosso serviço à missão de Cristo”³⁷.

32] Começamos analisando o desenvolvimento da preocupação ecológica na Companhia de Jesus ao longo dos últimos 20 anos. Neste contexto histórico, examinamos em primeiro lugar a relação entre a chamada para a reconciliação com a criação e a dimensão de fé da nossa missão. Em seguida, passamos a estudar a relação entre a promoção da justiça e da crise ecológica; concluímos iluminando, no contexto do diálogo com diferentes culturas e religiões, alguns aspectos de nossas novas relações com a criação.

4.1 O cuidado da criação: o desenvolvimento de uma nova dimensão da missão jesuíta

O período 1993-2008

33] O interesse pela ecologia tem crescido na Companhia de Jesus ao longo dos últimos 15

anos. Em resposta ao decreto 20 da CG 34, o padre Peter-Hans Kolvenbach encarregou o Secretariado de Justiça Social a elaboração do documento *Vivemos em um mundo fragmentado: reflexões sobre ecologia*³⁸. Na introdução a esse documento, o padre Kolvenbach reconheceu que a CG 33 (1984) foi o primeiro a dar “expressão autoritativa” para as preocupações ambientais na Companhia³⁹. Em 1993-1994, algumas congregações provinciais aprovaram postulados sobre ecologia, que a CG 34, embora os tenha assumido, não pode tratar em profundidade⁴⁰.

34] O estudo encomendado pelo padre Kolvenbach foi um convite para continuar o intercâmbio e fortalecer a cooperação, assim como uma chamada para desenvolver na Companhia de Jesus maneiras de proceder ecológicas. Encorajava a adotar maneiras cada vez mais eficientes de solidariedade ecológica em nossas vidas, em sua dimensão espiritual, comunitária e apostólica. As reflexões que fizemos mostraram que há pessoas que realmente vivem com essa “fragmentação”, enquanto a maioria – nas várias regiões do mundo – ainda tem pouca consciência partilhada desta realidade.

35] Durante a CG 34 e os anos anteriores à GC 35, a exclusão social e desastres ecológicos são experimentados como sendo estreitamente relacionadas. O imediatismo dos dados e análise sobre o sofrimento humano em catástrofes naturais tocou os corações de muitos de forma per-

³⁷ GC 35, D.2, n.15.

³⁸ *Promotio Iustitiae*, abril de 1999, n. 70.

³⁹ “A falta de respeito por um Criador solícito leva a negar a dignidade da pessoa humana e à destruição desenfreada do meio ambiente” (CG 33, D.1, n. 35).

⁴⁰ Como reconhece o P. Kolvenbach, “o tema era muito amplo e teriam sido necessários estudos anteriores e bons especialistas na área, além disso; além disso, a Comissão de Justiça teve que abordar outras questões muito complexas; finalmente, o tempo era limitado” (*Promotio Iustitiae*, ibid, p. 7).

turbadora e com uma frequência crescente. Foram formulados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, mas a resistência do sistema atual restringiu a adoção dos esperados novos paradigmas de desenvolvimento inclusivo, enquanto em alguns lugares ficou claro o círculo vicioso entre a degradação ambiental e a marginalização social. Os efeitos da mudança climática se tornaram amplamente conhecidos e aumentaram as políticas globais que exigiam novas respostas.

36] Durante a CG 35 se recebeu uma série de postulados sobre o ambiente e houve um reconhecimento honesto de que todos nós compartilhamos o problema e devemos agir. Para ajudar os membros da Congregação a compreender as questões envolvidas, se preparou uma série de fichas informativas que resumiam conceitos e impactos decisivos sobre o meio ambiente.

37] A questão da ecologia e do meio ambiente foi selecionada na CG 35 como um dos temas apostólicos sobre os quais um grupo de trabalho deveria refletir, para, em seguida, apresentar as suas conclusões para a Congregação. Foram discutidas várias maneiras de abordar as questões ecológicas. O grupo apresentou suas considerações para a Congregação sugerindo que, em vez de dedicar um decreto específico para a ecologia, o assunto fosse tratado como parte do decreto sobre a Missão⁴¹, que estava sendo preparado por um pequeno grupo de trabalho. Esta sugestão foi aceita. Como resultado, o decreto 3 na missão jesuíta incorpora a ecologia dentro do tema mais amplo da “reconciliação” em sua tríplice dimensão: a reconciliação com Deus, com os outros e com a criação.

CG 35: um tríptico de relações

38] À pergunta frequente para saber se o CG 35 diz algo novo sobre a relação entre a ecologia e nosso carisma fundamental, tal como definido pela CG 34, a resposta certamente deve ser “sim”. Há duas mudanças claras na forma em

que se abordava a questão da ecologia antes do CG 35. Primeiro, a CG 35 faz uma comparação entre reconciliação e as relações justas, ou seja, introduz a ideia de reconciliação na díade fé-justiça; e, segundo, postula uma unidade intrínseca e indissolúvel entre os três tipos de relacionamentos (com Deus, com os outros e com a criação).



39] Sobre a base de um novo entendimento do que uma relação “equitativa” ou justa, o decreto 3 apresenta um resumo da missão jesuíta como um chamado a estabelecer relações justas com Deus, com outros seres humanos e com a criação (D 3, n. 18). Nosso interesse pela ecologia e pela criação deve ser visto principalmente no contexto de dois outros conjuntos de relacionamentos: com Deus e com os outros. Em outras palavras, o estabelecimento de uma nova relação com a criação deve ser entendido como um resultado do nosso compromisso de estabelecer um relacionamento correto com Deus (compromisso de fé) e com outros seres humanos (compromisso com a justiça). O decreto deixa bem claro que o cumprimento de nossa missão exige que a equidade (o elemento de justiça) se realize ao mesmo tempo nos três tipos de relacionamentos.

⁴¹ As razões para incluir a questão da ecologia no Decreto 3 (n. 34) foram: (i) o clamor daqueles que sofrem as consequências da destruição meioambiental, (ii) os numerosos postulados recebidos (23, procedentes de 22 províncias, alguns deles praticamente idênticos), e (iii) o ensino recente do Santo Padre e de muitas conferências episcopais sobre esta questão (Bento XVI, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz*, 01 de janeiro de 2010).

4.2 A reconciliação com a criação e a dimensão de fé de nossa missão

Reflexão bíblica: a criação e do mistério pascal

40] De acordo com a tradição do Antigo Testamento, a criação é sempre um objeto de louvor (Sl 104, 24), porque a natureza, fruto da ação criadora de Deus, “era muito boa” (Gn 1, 4.10. 12.18.21.25). A criação é dom de Deus para os seres humanos⁴²; mas, ferido pelo pecado, o mundo inteiro é chamado a experimentar uma purificação radical (2 Pe 3, 10). O mistério da Encarnação, a entrada de Jesus Cristo na história do mundo, culmina no mistério pascal, no qual Cristo renova o relacionamento entre Deus, os seres humanos e o mundo criado⁴³. Nem a “pretensão de exercer um domínio incondicional sobre as coisas”,⁴⁴ nem uma ideologia reducionista e utilitarista⁴⁵ que vê o mundo natural como um objeto de consumo interminável⁴⁶, nem uma concepção do meio ambiente baseada na supressão da “diferença ontológica e axiológica entre o homem e os outros seres vivos”⁴⁷ pode ser aceita.

41] O fato, no entanto, é que “muitas pessoas, em todos os níveis, continuaram a abusar da natureza e destruindo o mundo maravilhoso de

Deus... Nós estamos testemunhando uma irresponsável degradação e uma absurda destruição da Terra, que é ‘nossa mãe’.”⁴⁸ Contemplar os ‘sinais dos tempos’ é uma maneira de experimentar a necessidade desta reconciliação. Em última análise, é através da nossa fé que sentimos uma profunda tristeza ao verificar a destruição do dom de Deus e o sofrimento das pessoas. Somos levados a perguntar-nos: “Não poderíamos ter agido de forma diferente?”

42] Ainda que a cosmologia bíblica seja uma fonte constante de inspiração em relação à criação, sendo inclusive um imperativo moral reconhecido, por si só não é suficiente para sustentar o esforço humano para cuidar do mundo criado. Reconhecer a integridade da criação e sua existência como dom de Deus, reconhecer as inter-relações entre Deus, os seres humanos e outras criaturas como boas e valorizadas por Deus, não é suficiente para contrabalançar o papel que desempenhamos na destruição generalizada de criação. Esses são os limites da vontade humana, de sua mente e memória. Estamos conscientes de que precisamos algo mais: o que é necessário é uma *metanoia*, uma mudança do coração. Queixamo-nos, buscando a ação adequada que

⁴² Os dois relatos da criação em Gênesis 1 e 2 mostram-nos que Deus destinou a terra como um lar adequado para que toda a criação vivesse nele. No primeiro relato da criação, Deus declara bom tudo o que ele criou. Na segunda narrativa parece como se Deus escolhesse a espécie humana para uma responsabilidade especial. Pode-se dizer que a criação da espécie humana representa o ápice do ato criativo de Deus. Além disso, o relato dá a impressão de que Deus confia à espécie humana o cuidado do resto da criação (Gn 1, 28). Essa responsabilidade não implica a exploração gananciosa e arbitrária dos recursos da terra. Alguns projetam neste mandato a idéia de que Deus deu licença para os seres humanos de “desfrutar e usar” o meio ambiente. Alguns autores críticos desta compreensão errônea do texto bíblico sugerem que a Bíblia deve ser responsabilizada, em parte, pela atitude exploradora e destrutiva do homem em relação ao meio ambiente (Engel, D., “Elementos de uma teologia do Meio Ambiente” *Zygon*, 05/05, 1970, p. 216). A noção de administração ou de gestão (*stewardship*) forma parte do papel dos seres humanos a respeito do resto da criação, um papel que lhes foi confiado por Deus. É claro que a perspectiva dos relatos da criação promove o respeito pelo resto da criação. Em consequência, urge “para recuperar a natureza relacional dos seres humanos uns aos outros, mas também com a natureza e o cosmos” (Arockiasamy, Vidyajyothi, Delhi, questionário sobre ecologia, setembro de 2010).

⁴³ Toda a criação participa do mistério pascal; enquanto aguardamos a plena libertação e reconciliação (Rm 8,19-23), esperamos “um novo céu e uma nova terra” (Ap 21.1).

⁴⁴ Conselho Pontifício Justiça e Paz, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, BAC, Madrid 2009, n. 461 (disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/ponifical_councils/justpeace/documents>).

⁴⁵ “Dizer que o mundo natural é um ‘sujeito’ implica que a criação tem um caráter dinâmico, pessoal, relacional, um valor intrínseco independente de todo valor prático que possa ter para os seres humanos” (Jim Profit, *Promotio Iustitiae*, 82, 2002/1, p. 6).

⁴⁶ *Compêndio da Doutrina Social*, 462.

⁴⁷ *Compêndio da Doutrina Social*, 463.

⁴⁸ Segundo Sínodo Africano, Roma, Outubro de 2009, a Proposição 22.

transcenda nosso egoísmo e nossa pecaminosidade; olhamos para Cristo, no qual sentido e poder convergem⁴⁹.

43] A crença no Deus do cosmos, no Cristo sofredor e obediente até à morte e no Espírito que habita na realidade nos impele a fazer a experiência da *metanoia* e a nos converter em agentes de mudança⁵⁰. Da bondade da natureza e da visão ética de relações justas obtemos a força espiritual necessária para viver uma vida de reconciliação entre Deus, suas criaturas e nós mesmos.

A resposta da Igreja: a doutrina social católica

44] O cuidado com o meio ambiente é baseado, em primeiro lugar, no reconhecimento dele como um verdadeiro bem. O Salmo 104, um hino sustentado às maravilhas da criação, leva ao louvar do Criador (“Cantarei ao Senhor enquanto viver...”). Nossa principal resposta humana a um bem consiste em apreciá-lo; esta é uma resposta contemplativa. Sem essa apreciação, quaisquer obrigações éticas atribuídas a nós poderiam parecer secundárias ou até mesmo opressivas. Em segundo lugar, este bem intrínseco é um bem comum. “Os bens da criação pertencem à humanidade em seu conjunto”⁵¹. Assim, o princípio de solidariedade vale no campo do meio ambiente na mesma medida que no campo social⁵² já que o dano ambiental é também um mal social; afeta especialmente os pobres que têm menos oportunidades de escapar de suas consequências, enquanto os produtos da exploração do meio ambiente vão em sua grande maioria para os países e povos mais ricos. *Caritas in Veritate*⁵³, refletindo sobre a doutrina social da Igreja Católica como um todo, insiste em que a justiça e o serviço ao bem co-

mun constituem o núcleo do que significa amar. A encíclica aplica ao meio ambiente o princípio da destinação universal dos bens da criação às diferentes dimensões da vida humana: o comércio, a ordem política internacional e as opções de cada pessoa, que se expressam muitas vezes através da sociedade civil.

45] A apreciação e a atenção a este bem nos chamam à responsabilidade. “É lícito ao homem exercer um governo responsável sobre a natureza para guardá-la, fazer frutificar e cultivar inclusive com formas novas e tecnologias avançadas, para que possa acolher condignamente a população que o habita... Devemos, porém, sentir como gravíssimo o dever de entregar a terra às novas gerações num estado tal que também elas possam dignamente habitá-la e continuar a cultivá-la”⁵⁴. De uma perspectiva judaico-cristã, há uma “parceria entre o ser humano e o ambiente, que deve ser reflexo do amor criador de Deus.” Em outras palavras, assumimos uma obrigação, decorrente da fé, de preservar a criação e inclusive de melhorá-la.

Espiritualidade inaciana e a solicitude pela criação

46] A espiritualidade inaciana e, mais especificamente, os Exercícios Espirituais (EE) oferecem uma fonte profunda de inspiração para desenvolver ideias e novas relações no que diz respeito à criação⁵⁵. A primeira consideração proposta por S. Inácio de Loyola é o “princípio e fundamento” (EE, 23). Hoje entendemos que a criação é “tanto um recurso de que procede de Deus como um caminho que leva a Deus, que permite aos seres humanos a comunicação”⁵⁶. Somos convidados a discernir cuidadosamente a nossa relação com a criação e que sejamos indife-

⁴⁹ Tillich, Paul, *Teologia Sistemática*, vol. 3, Sígueme, Salamanca 2001.

⁵⁰ Gulick, Walter B., “The Bible and Ecological Spirituality”: *Theology Today*, vol 48.2, 1991.

⁵¹ Bento XVI, *Mensagem para o Dia Mundial da Paz* 2010, § 7.

⁵² *Compêndio da Doutrina Social*, 475-76.

⁵³ *Caritas in Veritate*, § 6-7.

⁵⁴ *Caritas in Veritate*, § 50.

⁵⁵ Há muitos exemplos de pessoas que descobriram a preocupação com a criação nos exercícios espirituais. O texto segue algumas ideias desenvolvidas por Joseph Carver SJ, *Ignatian Spirituality and Ecology: Entering into Conversation with the Earth* (2010) (*Espiritualidade inaciana e Ecologia: entrando em diálogo com a terra*); agora publicado em *Promotio Iustitia* 105, 2011 / 1).

⁵⁶ Joseph Carver SJ, *ibid*.

rentes, ou seja, que desenvolvamos uma liberdade interior para com as coisas criadas na sua relação com Deus e seus planos para o bem comum da humanidade⁵⁷. Uma compreensão nova e mais profunda da teologia da criação nos leva a perceber que a criação é a primeira grande obra da redenção e do ato salvífico fundacional de Deus. A redenção acontece, então, no contexto da criação, quando a humanidade cresce e amadurece em seu relacionamento com Deus e em seu próprio seio⁵⁸.

47] A contemplação da Encarnação (EE, 101-109) e nascimento (EE, 110-117) mostram que o mundo criado é o lugar para se ter a experiência de Deus. Enquanto Jesus nasce em um local específico (Nazaré), compartilha conosco uma conexão profunda com a criação, a vida, a natureza e o ar que respiramos. De uma perspectiva trinitária que mantém essa contemplação, somos chamados a viver em afinidade e comunicação com a criação⁵⁹.

48] A meditação das duas bandeiras (EE, 136) nos ajuda a lidar com as artimanhas de “riquezas... honra... e orgulho”. É difícil não ver a si mesmo também questionado pelas implicações da avareza e do consumo excessivo, pelo uso (e abuso) dos recursos naturais e da terra e pela incrível geração de resíduos. O convite para se juntar à bandeira de Cristo é uma chamada para a simplicidade e a humildade, a descobrir Deus na criação. Na contem-

plação para alcançar amor (EE, 230-237), Inácio pede ao exercitante que considere de que modo Deus habita e opera na criação. Seguindo a indicação de Inácio de que “o amor é expresso mais em atos do que em palavras” (EE, 230), oferecemos a nós mesmos generosamente para curar nossa relação com a criação⁶⁰.

49] Em suma, “encontrar a Deus em todas as coisas” está intimamente relacionado com a experiência de Inácio no rio Cardoner no sentido da criação e do mundo, em vez de rejeitados como ruínas, devem ser abraçados como bons. A partir da perspectiva da ressurreição, do ponto de vista do mistério pascal, somos sempre levados a experimentar o amor de Deus – que permeia todas as coisas e todas as pessoas – e, portanto, um amor que fortalece estes três conjuntos de relações com Deus, com os outros e com a criação.

4.3 A reconciliação com a criação e a dimensão da justiça de nossa missão

As ligações entre reconciliação e justiça

50] Nos últimos tempos, o conceito de reconciliação se tornou mais importante no campo da resolução de conflitos⁶¹. Começamos por colocar a seguinte pergunta: É possível ter justiça sem a reconciliação? Em outras palavras, em um pro-

⁵⁷ Esta consideração deve fornecer orientações para o exercitante (Moore, John SJ, em uma palestra proferida no Centro Jesuíta de Reflexão Teológica em Lusaka, em Agosto de 2010).

⁵⁸ Jim Profit SJ, “Exercícios Espirituais e Ecologia”, *de Promotio Iustitiae*, 82, 2004 / 1. O P. Profit também salienta que a concepção da criação de Sallie McFague concorda com a de Inácio: a criação é o lugar da salvação, não apenas um pano de fundo ou cenário desta (*The Body of God*, Augsburg Fortress Press, Minneapolis 1993, 180-182).

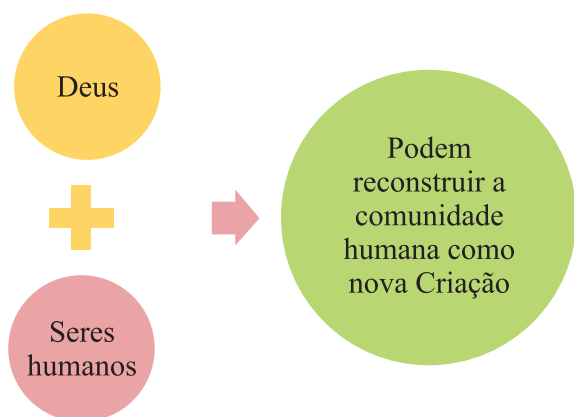
⁵⁹ Esta maneira de definir a relação entre a humanidade e o restante da criação é muito diferente do “modelo da realeza”, que sustenta que os seres humanos devem dominar a terra, como “modelo de gestão (*stewardship*)” que perpetua um “dualismo hierárquico” (Johnson, Elizabeth, *Women, Earth, and Creator Spirit (A Mulher, a Terra e o Espírito Criador)*. Paulist Press, New York 1993).

⁶⁰ Jim Profit: “Oferecemo-nos a nós mesmos como parte de uma relação de aliança com Deus, e isso nós expressamos na oração: ‘Tomai, Senhor, e recebei’. O que poderíamos fazer de melhor que refletir sobre a tríplice relação de nossas vidas, restaurar as relações equitativas e ser parte da cura da Terra?” (*ibid.*, p. 10).

⁶¹ Acordos temporários de paz em uma situação de guerra não têm produzido os resultados desejados, devido a que em muitas ocasiões esses acordos não incluem disposições intrínsecas para a reconciliação. Os acordos de paz em muitos casos permanecem órfãos (Fen Osler Hampson, *Nurturing Peace: Why Peace Settlements Succeed or Fail (Alimentando a paz: porque acordos de paz dom certo ou dão errado)*, United States Institute of Peace, Washington, 1996); isto é, as partes em conflito chegam a acordo para suspender as hostilidades, mas pouco ajuda a trazer as facções em luta com o que Kenneth Boulding chama paz estável, algo que só é possível quando os problemas que inicialmente deram origem ao conflito são abordados

cesso de reconciliação, como devemos abordar as injustiças do passado, para que elas não sejam esquecidas nem se inflamem?

51] O termo “reconciliação” significa literalmente uma chamada para estar juntos novamente; uma chamada dirigida para ambos os lados de um conflito, a dois inimigos, para que entrem em uma nova relação⁶². A reconciliação, teologicamente considerada, é o restabelecimento das relações rompidas entre Deus e seu povo⁶³. Deus inicia o processo de restauração, os seres humanos respondem à iniciativa divina mediante a fé e o resultado é a reconstrução da comunidade humana como uma nova criação⁶⁴. Para os cristãos, portanto, a esperança de reconciliação está intimamente ligada à fé na obra salvífica de Cristo entre nós⁶⁵. Note-se que a interpretação espiritualista de reconciliação com Deus muitas vezes tem levado a uma forma individualista e subjetiva de encarar a vida⁶⁶.



52] A expressão “estabelecer relações equitativas” é equivalente a estabelecer relações baseadas na justiça⁶⁷. Para entender a relação entre os termos ‘reconciliação’ e ‘justiça’, este último deve ser entendido em seu sentido mais amplo. A palavra ‘Justiça’ inclui as três dimensões de justiça: comutativa, que requer que relações recíprocas entre indivíduos ou grupos privados se estabeleçam com base na igualdade; a retributiva, o que exige compensação pelas injustiças cometidas; e finalmente, a restaurativa.

53] Ampliar a relação entre reconciliação e justiça significa que a reconciliação não pode ser reduzida estritamente a uma realidade espiritual que não envolve qualquer alteração na dura realidade dos fatos. A reconciliação vai além das relações interpessoais de iguais para o âmbito político, na medida em que começa a justiça restaurativa ou reparadora. Este olhar para frente opera a partir da perspectiva da “justiça antecipatória”. Olha para a futura reconstrução de uma comunidade por meio da reparação de relações e da reintegração na vida civil de pessoas injustamente excluídas. Garante que todos os membros da sociedade possam participar ativamente da vida social, contribuindo para o bem comum e participando dela na medida necessária para proteger sua dignidade humana⁶⁸. Reconciliação, portanto, de modo algum sugere uma perda de compromisso com a justiça. Nem advoga por um perdão pre-

com satisfação de todos (*Stable Peace [Paz estável]*, University of Texas Press, Austin 1978). Por outro lado, alguns argumentam que entre os lados desiguais não é possível nem desejável a reconciliação. Teme-se que em tais situações exista o perigo potencial que o forte prevaleça sobre o fraco e determine o curso da ação futura sem entender as reais preocupações do fraco, agravando assim os conflitos.

⁶² Tanto a tradição bíblica como a tradição inaciana nos recordam permanentemente que estas novas relações? estes atos de reconciliação? devem ser estabelecidas com quem é diferente de nós, com quem está distante de nós, ou seja, com ‘estrangeiros.’

⁶³ “Deus estava por meio do Messias, reconciliando o mundo consigo, não apontando os crimes, e nos confiou a mensagem da reconciliação” (2 Cor 5,19).

⁶⁴ Robert J. Schreiter, *O Ministério da Reconciliação: Espiritualidade e estratégias*, Sal Terrae, Santander, 2000.

⁶⁵ De acordo com Charles Hauss, a reconciliação inclui quatro elementos-chave, identificados por João Paulo Lederach como verdade, justiça, misericórdia e paz (“Reconciliation”, <<http://msct.beyondintractability.org/essay/reconciliation/>>).

⁶⁶ David Hollenbach SJ, “Reconciliação e justiça: guia ético para um mundo fragmentado”, *Promotio Iustitiae*, 103, 2009/3.

⁶⁷ É esclarecedor comparar a forma como foi traduzida para o italiano, francês e espanhol, entre outros idiomas, a expressão “relação justa”, usada no Act 3. Por exemplo, a frase “quando ouço a chamada para restaurar relações justas com a criação”, foi traduzida ao espanhol como: “para ouvir novamente o chamado para promover *relações justas* com a criação” (D. 3, n. 34).

⁶⁸ Recordando o exemplo da Comissão para a Verdade e Reconciliação na África do Sul, Hollenbach enfatiza que o trabalho de restauração só tem podido começar quando se pôs fim às graves injustiças do *apartheid* através da proteção dos di-

maturo. A reconciliação requer justiça, mas pode ir além desta, através da concessão de perdão⁶⁹.

Os diferentes atores da crise ecológica

54] Os fatos mostram que, em diferentes partes do mundo, particularmente nos países em desenvolvimento, o direito à vida de muitas comunidades pobres e marginalizadas corre risco. Se o objetivo último da reconciliação é construir uma nova relação de aliança com a criação com base no princípio da justiça restaurativa, mas sem perder de vista a justiça retributiva, então devemos perguntar-nos: quais são os desafios aqui e agora? Como podemos proteger, sustentar e promover a ligação recíproca de terra, espécies, seres humanos, planeta e universo como matriz de processos de vida dinâmicos e transformadores? A constatação básica é que a criação ‘sofre’ a pilhagem dos ecossistemas, razão pela qual tem sido chamada de ‘nova pobre’, que grita pedindo nossa atenção⁷⁰. É necessário distinguir o papel dos vários atores nesta crise ecológica.

55] Começamos com o grupo de pessoas que vivem à margem, os pobres. No século XXI, existem dois grandes desafios: erradicar a pobreza e administrar as mudanças climáticas, aspectos que não são autônomos, mas interdependentes⁷¹. Os mecanismos que, em última análise, vinculam o desenvolvimento humano e a redução da po-

breza com as mudanças climáticas são agora mais evidentes, mostrando as ligações para o emprego, os meios de vida, saúde, gênero e segurança. Para mencionar apenas um exemplo: nas áreas rurais, as mulheres dependem em grande medida do meio ambiente para sua subsistência, que é diretamente afetado pela degradação ou escassez de recursos naturais por razões climáticas.

56] O segundo tipo de pessoas inclui os que vivem no centro, os ricos. Estes contribuem para a crise ecológica por meio do consumo excessivo e da enorme produção de resíduos. A demanda febril de alimentos e outros recursos naturais levou a mudanças dramáticas. O mundo está rapidamente transformando a natureza em lavouras agrícolas, a fim de atender à crescente demanda, esvaziando os rios para produzir alimentos e contaminando a água com pesticidas e fertilizantes⁷².

57] O terceiro grupo de pessoas é formado pela classe média cada vez maior, os novos ricos. A liberalização da economia ampliou o horizonte de oportunidades e foi o prelúdio de uma melhor qualidade de vida para aqueles que podiam pagar. Na Índia, por exemplo, mudanças sociais e políticas das décadas de 1980 e 1990, em que as classes médias tiveram um papel importante, foram acompanhadas por uma transformação de valores⁷³. O crescimento espetacular da classe média, com seu clamor por maiores demandas, pode ser

reitos fundamentais, garantidos pela nova Constituição da África do Sul, e foram criadas as instituições democráticas para garantir que a injustiça não retornaria.

⁶⁹ A partir de uma perspectiva política mais ampla é preciso afirmar claramente desde logo que a justiça restaurativa, isto é, o restabelecimento ou a renovação de unidade social, não é o resultado meramente de anistias que permitam aos perpetradores continuar a oprimir, nem de uma chamada para suprimir a verdade do que aconteceu. A reconciliação só pode ocorrer quando cessa a injustiça e se diz a verdade.

⁷⁰ Leonardo Boff, *Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres*, Trotta / Dabar, Madrid / México 1996.

⁷¹ (2010). *Gérer les changements climatiques, promouvoir la croissance, le développement et l'équité*, Conferências no Collège de France, <http://www.college-de-france.fr/default/EN/all/ni_ste/index.htm>. A natureza multidimensional das mudanças climáticas mostra, muito além dos impactos ambientais, como a mudança atinge os mais vulneráveis, especialmente os pobres nos países em desenvolvimento, não só porque eles dependem dos recursos afetados, mas também porque possuem bastante menos capacidade para proteger-se ou para se adaptar.

⁷² Nos países em desenvolvimento, a agricultura consome entre 70 e 90% das reservas de água doce. Os animais alimentados com forragem exigem mais água do que as culturas de grãos. Quando seguimos a trajetória da produção de alimentos de origem animal, durante todo período em que são alimentados até à mesa, a ineficiência da produção de carne, leite e ovos varia, no que diz respeito à relação entre a produção de energia e obtenção de proteínas, de 4:1 para 54:1. Um estudo da Universidade de Cornell constatou em 1997 que os Estados Unidos da América poderiam alimentar a 800 milhões de pessoas com os cereais que o gado come: <<http://www.news.cornell.edu/releases/Aug97/livestock.hrs.html>>.

⁷³ Pavan K. Varma lamenta o fato que os ideais de serviço deram lugar ao individualismo sem piedade, os estilos de vida austeros foram substituídos pelo consumismo e os valores da classe média passaram a assemelhar-se – ironicamente –

constatado em muitos países em desenvolvimento. O Banco Mundial estima que é provável que a classe média cresça no mundo de 430 milhões em 2000 para 1.150 milhões em 2030. A distribuição geográfica dessa classe média é surpreendente. Em 2000, os países em desenvolvimento abrigavam 56% da classe média global, mas espera-se que em 2030 esse número atinja 93%. China e Índia juntas são responsáveis por dois terços da expansão, com a China sendo responsável por 52% do aumento e a Índia por 12%⁷⁴.

Mitigação, adaptação e contrato social como programa transformador

58] Para falar de justiça ecológica restaurativa, lançamos mão dos conceitos de adaptação, mitigação e contrato social. No Norte, mitigação ou redução é o enfoque principal – e muito necessário – para enfrentar a mudança climática. A mitigação depende tanto de respostas tecnológicas que reduzem as fontes de produção de dióxido de carbono, particularmente aquelas associadas ao sector da energia, como da busca de alternativas ecologicamente menos nocivas⁷⁵. A adaptação, tanto deliberada como involuntária, consiste na modificação de sistemas naturais ou humanos, a fim de torná-los menos prejudiciais, mas também na criação de oportunidades rentáveis em resposta a eventos climáticos reais ou esperados, e a seus efeitos. A adaptação dos sistemas naturais inclui a gestão das florestas, bacias hidrográficas, *habitat*, agricultura, pesca e opções de cultivos marítimos. A adaptação dos sistemas humanos inclui mudanças na energia e nas comunicações, na poluição e gestão de resíduos, em infra-estruturas e transporte, em micro-finanças e seguridade social, em sistemas de alerta precoce e resposta a catástrofes.

59] Algumas comunidades e cidades estabeleceram contratos sociais que aproveitam a relação cultural com o ambiente que existe especificamente nesses lugares. Tal contrato não é outra coisa que uma relação baseada na reciprocidade e no respeito de uma comunidade local pela natureza. Segundo esta abordagem, cada comunidade é vinculada ao contrato por sua concepção do meio ambiente e por sua responsabilidade para com ele. Essa cultura fornece um ponto de partida para buscar acordos formais com o governo e no marco mais amplo da sociedade civil.

4.4 A reconciliação com a criação e o diálogo com a cultura e as religiões

Cultura e identidade

60] Quando falamos em cultura, referimo-nos ao que é profundamente humano e tem uma expressão singular. Cultura é um estilo de vida, uma maneira de se relacionar, o que – na sua essência mais profunda – se expressa na forma de valores. Estes valores são o instrumento através do qual uma cultura cria sua própria identidade. Identidade cultural ao mesmo tempo é pessoal e comunitária e dá força e reconhecimento local. A distribuição tradicional das terras entre as famílias, que os líderes da comunidade realizam, a importância geográfica de eventos, festas, rituais, casamentos e enterros: tudo isso está interligado com a genealogia e a paisagem. Algumas culturas têm consciência de desenvolver suas atividades aos olhos do Criador e no contexto da grande narrativa épica da criação e dos ancestrais. Uma espiritualidade que vincule o povo com a terra e em que o relato seja um elemento essencial na gestão

aos que se refletiam nas ações interesseiras daqueles políticos que eram tão desprezados por essa classe (*The Great Indian Middle Class*, Penguin Books, Índia).

⁷⁴ <<http://knowledge.wharton.upenn.edu/article.cfm?articleid=2011>>.

⁷⁵ Dado que a mudança climática é ininterrupta e não há uma redução nas emissões de carbono que poderia reverter esse quadro, reduzindo os riscos, a necessidade de adaptação torna-se crucial. No contexto atual não se justifica pensar que, quanto maior for a redução de emissões, menor será a necessidade de se adaptar. É necessário realizar uma adaptação imediata, além de promover uma mudança fundamental nos padrões de consumo e nos níveis de conforto estabelecidos pelos países desenvolvidos.

concreta dos recursos não é uma dinâmica fragmentada, mas holística⁷⁶.

61] O mundo sempre precisou e ainda precisa de reconciliação, e as instituições culturais da religião têm sido uma importante fonte desta experiência. Ao transitar de uma cultura para outra, as pessoas percebem a sensibilidade e singularidade dos outros, apenas observando o que eles fazem e como o fazem. Temos de estar conscientes das diversas mudanças culturais que acompanham a crise ecológica. Enquanto alguns traços culturais da nossa sociedade parecem ser baseados em uma “cultura da morte”, outros brotam de uma cultura que respeita e preserva a vida.

Sociedade civil e o “movimento verde”

62] É impossível escrever uma história social do ativismo social, durante a segunda metade do século XX, sem levar em consideração a existência do “movimento verde”. Desde os clássicos grupos de “proteção de animais” aos ativistas anti-nucleares mais militantes, desenvolveu-se uma vasta gama de interesses, visões e métodos para envolver os indivíduos, promovendo a consciência social e, muitas vezes, defendendo mudanças nas leis. Para milhares de cidadãos, especialmente para muitos jovens, o movimento verde, em sua enorme diversidade, é o caminho a seguir na prática da solidariedade e da participação ativa nas questões sociais. O compromisso ambiental tem muitos aspectos, como, por exemplo, assumir tarefas locais a partir de uma perspectiva global ou participar de atividades que envolvam diretamente

uma mudança de realidade. Exige, muitas vezes, um comportamento que afeta o nosso estilo de vida. Em comparação com outros modos de participação social, o movimento verde exerce, sem dúvida, uma atração especial.

63] Os conservacionistas conseguiram que algumas áreas geográficas de especial valor hoje estejam protegidas, para benefício da sociedade, como é o caso dos parques nacionais⁷⁷. A crescente consciência de termos alcançado – através da exploração da terra, água, ar e recursos naturais – os limites físicos do nosso planeta⁷⁸, juntamente com os riscos nucleares, levou à formação de numerosas associações, ONGs e partidos políticos têm feito da proteção ao ambiente seu principal foco de atenção. Atualmente, há partidos verdes por todo mundo, e em muitos lugares são ou foram parte de governos de coalizão. Esses partidos são bem conhecidos, não só pela sua preocupação ambiental, mas por promover a justiça social, democracia de base e o pacifismo. A importância do meio ambiente é tal que hoje não há partido político que não tome posição a respeito.

As grandes religiões e ecologia

64] Ainda que as tradições religiosas não estejam bem equipadas para enfrentar a complexidade da crise ecológica, há um consenso crescente de que os valores que elas promovem podem desempenhar um papel decisivo no estabelecimento de novas relações com a criação⁷⁹. Houve várias tentativas de envolver as religiões na luta para estabelecer novas relações com a natureza⁸⁰. O ta-

⁷⁶ Peter Walpole, *Learning Sustainable Life (Aprendendo Vida Sustentável)*, ESSC, 2010, pp. 23-24.

⁷⁷ A existência de alguns territórios mostra que a proibição de praticamente toda a atividade humana pode às vezes ser a única maneira de preservar a vida animal e vegetal ameaçadas. O desafio é, em cada caso concreto, estabelecer o equilíbrio de uma forma muito crítica, em áreas onde os povos indígenas têm vivido em situação de exclusão. Na preocupação premente de proteger o meio ambiente, as comunidades culturais devem ser integradas no processo; é preciso dar-lhes espaço para gerenciar sua vida ameaçada, concedendo-lhes assim mais poder.

⁷⁸ DH Meadows et al, *Os limites do crescimento*, 1972; J. Rockström et al., “Planetary boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity”: *Ecology and Society* 14(2), 2009, p. Rockström et al, “Fronteiras Planetárias: Explorando o espaço operacional seguro para a Humanidade”, em: *Ecologia e Sociedade* 14 (2), 2009, p. 32. 32.

⁷⁹ Para uma análise mais aprofundada, ver Mary Evelyn Tucker e John Grim, *Overview of World Religions and Ecology (Visão Geral das Religiões do Mundo e Ecologia)*, Yale University Press, New Haven 2009.

⁸⁰ O Parlamento das Religiões do Mundo, que se reuniu pela primeira vez em Chicago em 1993, com mais de 8.000 participantes vindos de todo o planeta, fez uma declaração ética global sobre a cooperação das religiões em questões humanas e ambientais. Los dos parlamentos subsiguientes, celebrados en Ciudad del Cabo y Barcelona, tuvieron el medio ambiente

manho e a complexidade dos problemas que enfrentamos requerem esforços de colaboração tanto entre as várias religiões como das religiões em diálogo com outras áreas-chave da atividade humana.

65] As tradições religiosas africanas nos ensinam que estamos diretamente ligados à criação. Em suas práticas religiosas, os africanos experimentam a vida como um *continuum* que inclui a criação, os ancestrais, os seres humanos e Deus. Há muitos exemplos dessa tradição. Bomaswa Hill (a colina de Bomaswa) na Tanzânia é tida como sagrada⁸¹. Embora tenham cortado as árvores das matas circundantes, as pessoas nunca tocaram a colina de Bomaswa⁸². Quando as madeiras pressionaram os moradores para que vendessem suas terras, o povo Kunda, do distrito Mambwe, no leste da Zâmbia, se recusou a deixar seus territórios, agora semi-áridos e improdutivos, porque não podiam conceber a vida longe de sua terra ancestral⁸³.

66] A cultura hindu acredita em uma ética de relação com a terra que exige mantê-la em fidelidade a Deus e para o benefício geral da humanidade. Neste contexto, o abuso e a exploração são atos injustos e perversos. A natureza é um dom, um dom sagrado. Em um plano mais cultural, árvores e plantas são tratadas como sagradas, espe-

cialmente aquelas que deuses e deusas tomaram para suas moradas⁸⁴. Reina uma atitude profundamente arraigada de *ahimsa* – não violência – em todas as relações e para todos os seres vivos. O budismo acredita que há uma estreita relação entre a moralidade humana e o meio ambiente natural. Aos seres humanos foi confiada a exclusiva responsabilidade de promover a ética ambiental e a não-violência, com o cuidado por todas as criaturas e compaixão como valores importantes⁸⁵. De acordo com o islamismo, a relação com a criação e o Criador é a base ética (respeito e responsabilidade) para sustentar toda forma de vida. O Tao nutre, sustenta e transforma os seres. Os seres humanos, como parte do universo, estão intrinsecamente ligados tanto ao Tao como a tudo o mais.

Os povos indígenas e as sociedades tradicionais

67] Apesar de terem perdido relevância em um mundo globalizado, as identidades e o saber indígenas incorporam algumas das respostas que a cultura moderna deve considerar em sua contínua reavaliação do mundo. Os povos indígenas nos lembram da necessidade de reordenar os valores e a importância de todos nos comprometam-

como uno de sus temas primordiales. Os dois parlamentos subseqüentes realizados em Cidade do Cabo e Barcelona, tiveram o meio ambiente como um de seus temas principais. O parlamento que se reuniu em Melbourne em 2009 também teve como um de seus principais focos de atenção a contribuição das religiões para um futuro sustentável. Reuniões internacionais sobre o meio ambiente, tais como o Fórum Global de Líderes Espirituais e Parlamentares, têm sido realizadas em Oxford (1988), Moscou (1990), Rio (1992) e Kyoto (1993). A União Internacional para Conservação da Natureza organizou o primeiro workshop sobre “Espiritualidade e conservação da natureza” no Congresso Mundial da Natureza, realizado em Barcelona em 2009.

⁸¹ Laurenti Magesa, “African Spirituality and Environmental Conservation”, em *Indigenous Voices in the Sustainability Discourse*, (*Vozes Indígenas no discurso da sustentabilidade*), ed. Frans Wijzen and Sylvia Marcos, LIT, Berlin 2010, p. Wijs Frans Wijzen e Sylvia Marcos, LIT, Berlin 2010, p. 129.

⁸² A aliança estabelece que ali ninguém deve escalar nem cortar árvores; estes são os domínios de seus antepassados, e as pessoas os respeitam.

⁸³ Eles apontam para os túmulos onde estão enterrados seus ancestrais como um lembrete vívido de sua relação com o meio ambiente. A veneração dos antepassados é a conexão com a criação e, em última análise, com Deus, o Criador. Para o Kunda, o ambiente é um meio através do qual eles entram em comunhão com Deus; portanto, a vida espiritual não é possível à margem do respeito ao meio ambiente.

⁸⁴ Ignacimuthu *Environmental Spirituality (Espiritualidade Ambiental)*, The Bombay St. Paul Society, Mumbai 2010.

⁸⁵ Os recursos do mundo não são ilimitados, ao passo que a ganância dos seres humanos não conhece limites ou discrição. Sua fome voraz e desenfreada ânsia de prazer e de aquisição de riqueza saqueou a natureza até empobrecê-la. De acordo com o *Sigalovada Sutta*, o proprietário de uma casa deve acumular riqueza de forma similar ao modo como uma abelha recolhe o pólen de uma flor. A abelha não danifica nem a fragrância nem a beleza da flor: limita-se a coletar o néctar para convertê-lo em doce mel.

mos em termos diferentes e justos, se queremos falar da totalidade da vida. Para reconciliar-nos com a criação são necessárias todas as vias de comunicação, é necessário que todas as culturas pensem e façam uso das palavras.

68] Quando os povos indígenas cultivam uma árvore, criam um espaço sagrado; e a árvore cultivará a vida da comunidade, já que pertence ao ecossistema e vai amadurecer muito tempo depois que tenha morrido a geração que a plantou. A árvore dá alguma coisa às gerações futuras e

cria um espaço que permite a diversidade de vida e a presença de espírito e de Deus. Muitas comunidades indígenas estão ligados à terra, como estava Adão, que foi *adamah*, isto é, “da terra”; a terra se entende sempre intimamente associada com a água, e ambas são vistas como suporte da vida e da comunidade. A terra é promessa de vida (de segurança e paz), de partilha, dando e recebendo livremente, algo que é necessário voltar a aprender daqueles que vivem no mais estreito contato com a terra.

5 Recomendações

69] Princípios que devem inspirar nossas ações

Estas recomendações são inspiradas por uma série de princípios listados abaixo:

- i. Nossa fé no amor e na fidelidade de Deus, que se manifestam no dom da vida, incita-nos a modificar nossas atitudes e práticas, e a ser firmes e diligentes no trato com a criação. A chamada da GC 35 à reconciliação nos impele a estabelecer relações equitativas com Deus, com o próximo, e com a criação, nos oferece a oportunidade de aprofundar nossa fé e nos desafia a encontrar maneiras de curar o mundo ferido em que vivemos.
- ii. Nosso compromisso de seguir Jesus sendo pobres, a gravidade da crise ecológica e o grito dos pobres que sofrem as consequências dos danos ambientais nos chama a fazer uma pausa e refletir. Os jesuítas, os membros da família inaciana e os responsáveis de nossas instituições apostólicas, estamos todos convidados a refletir seriamente sobre como os valores funcionais, que orientam nossas decisões e ações diárias ainda são, em seu núcleo, consumistas. Os gemidos da criação, que se tornam mais e mais audíveis, à medida que a natureza é destruída, nos movem a adotar estilos de vida mais simples. Na realização desta tarefa, nos sentimos inspirados por muita gente do mundo inteiro, pessoas que querem criar um mundo novo, baseado em um relacionamento correto com a criação.
- iii. Precisamos de uma profunda mudança do coração. Esta é a única maneira radical de lidar com o desafio ecológico atual. Devemos, portanto, renovar as fontes da nossa espiritualidade inaciana, uma espiritualidade que nos convida a reconhecer o valor da vida presente na criação, para dar graças por ela e a comprometer-nos com a sua prosperidade.

Nesta renovação nos descobrimos vinculados afetivamente com outras tradições religiosas, que também contêm experiências espirituais muito valiosas para a defesa da criação.

- iv. Este desafio vai muito além de nossas capacidades, mas não estamos sozinhos. Existem inúmeros movimentos sociais, culturais e religiosos já comprometidos com a ecologia. Somos convidados a colaborar com eles, aprendendo com sua experiência, enquanto colaboramos com nossos próprios recursos.
- v. Todas as recomendações incluídas neste documento são consideradas importantes; muitas já estão sendo postas em prática. As propostas são apresentadas como convites que devem ser discernidos em nossas comunidades e obras apostólicas, segundo a riqueza de identidades e contextos locais, ao invés de serem vistas como regras externas que não podem deixar de ser adotadas.

70] Dirigidas a diferentes níveis de governo

Apesar de que todos, como um corpo, somos responsáveis pela Companhia universal, parece prático atribuir responsabilidades na implementação dessas recomendações em diferentes níveis.

- i. Em nível provincial, as recomendações são geralmente destinadas a jesuítas individuais, comunidades e instituições (obras apostólicas).
- ii. Em nível regional, as recomendações são dirigidas à Conferência de Provinciais ou à Assistência.
- iii. Em nível universal da Companhia, as recomendações são dirigidas para a Companhia como um único corpo, isto é, a todos os membros, instituições e obras apostólicas.
- iv. Muitas recomendações, mesmo as que são direcionadas a ministérios específicos da Companhia, devem ser assumidas por todos os je-

suítas e colaboradores na missão; como um exemplo, *todos* somos responsáveis pela tarefa de comunicar, não só nossa mídia e nossas obras ou redes de comunicação.

71] **Diversidade de objetivos ou metas**

- i. Aumentar a consciência e conhecimento das questões relacionadas à crise ambiental ou certos aspectos desta; isso pode também incluir a compreensão das causas fundamentais dos problemas e seus efeitos.
- ii. Aumentar nossa motivação espiritual e humana, para converter-nos e responder ao chamado de Deus.
- iii. Aumentar nosso compromisso com programas, projetos, ações e atividades estratégicas em nível local, nacional e global.

72] 1ª RECOMENDAÇÃO: comunidades e obras apostólicas jesuítas são convidados a discernir a gestão das nossas próprias instituições e a intercalar e desenvolver práticas que fomentem em nossas comunidades estilos de vida ambientalmente sustentáveis.

[Nível: Província; propósito: compromisso]

73] **Princípios Básicos**

A sustentabilidade deveria ser um objetivo primordial de nossas atividades individuais e coletivas. O voto de pobreza pode ser uma fonte de inspiração para viver com simplicidade e de forma sustentável. Viver com integridade sendo coerentes e honestos conosco mesmos é importante se queremos aumentar tanto nossa própria consciência como a dos outros e mudar o nosso estilo de vida.

74] **Ação ou atividades sugeridas**

Encorajar o discernimento orante em nossas comunidades e instituições, a fim de rever nosso estilo de vida e ambiente de trabalho no contexto de compromisso religioso, com uma vida marcada pela pobreza e simplicidade. Para sugestões específicas, consulte o Capítulo 6.

75] 2ª RECOMENDAÇÃO: todos os jesuítas e colaboradores na missão são convidados a enfrentar os efeitos da crise ambiental sobre os pobres, os marginalizados e os povos indígenas.

[Nível: Província / Conferência; propósito: compromisso]

76] **Ação ou atividades sugeridas**

- i. Perante os desafios ambientais que enfrentamos, temos necessidade de uma cidadania consciente e ativa, que pressione os governos para que tomem decisões corajosas que hoje se fazem necessárias. A Companhia de Jesus deve participar de movimentos que gerem consciência ambiental para influenciar nas políticas públicas tanto em âmbito nacional como internacional.
- ii. A via preferível para a Companhia se engajar em iniciativas da sociedade civil é através de redes já existentes: inspiração cristã (como as comissões de Justiça, Paz e Integridade da Criação em nível diocesano, regional e internacional); redes dentro do setor social (por exemplo, através da Rede Global de Incidência Inaciana, *Global Ignatian Advocacy Network*, GIAN) ou no âmbito universitário (por exemplo, em redes promovidas por AUSJAL), mas também de caráter local (tais como a *Equipe Itinerante* na Amazônia e ESSC *Environmental Sciences for Social Change* – (Ciências Ambientais para a Mudança Social – Mindanao, Filipinas). Em muitos casos, iremos envolver-nos com organizações seculares (por exemplo, SAPI *South Asian Peoples Initiatives* – *Iniciativas dos Povos do Sul da Ásia* – na Índia). Nossa tradição espiritual e teológica sempre deixará sua marca em nossos posicionamentos públicos.
- iii. Designar, em cada Conferência uma instituição que mapeie o trabalho realizado e estabeleça mecanismos de coordenação em vários níveis. Isto pode incluir os seguintes pontos:
 - Elaborar um protocolo abrangente para responder a uma possível catástrofe.

- Comprometer-se com a realidade dos refugiados ambientais, nomeadamente através do Serviço Jesuíta a Refugiados (SJR).
 - Fortalecer projetos que promovam modelos alternativos de desenvolvimento, relacionados com a agricultura sustentável, serviços ecológicos e práticas culturais relativas às florestas, fornecimento de energia a custos acessíveis, redução de desastres e adaptação à mudança climática.
- iv. Contribuir para o trabalho dos jesuítas com populações marginalizadas e povos indígenas, para que estes afirmem e expressem sua própria cultura e identidade, assegurem a sua subsistência e sejam capazes de interagir com o mundo sem perder a sua singularidade.

77] 3^a RECOMENDAÇÃO: Os responsáveis pela comunicação e pela mídia são convidados a conceber formas de incentivar a conscientização e motivação para a ação entre os jesuítas e todos os envolvidos em vários ministérios apostólicos.

[Nível: Província; objetivo: a conscientização]

78] Ação ou atividades sugeridas

Fortalecer as diversas redes de comunicação e mídia da Companhia, para que possam aumentar a conscientização sobre questões ambientais. Alguns exemplos são nossas redes de emissoras de rádio, centros de produção de DVDs, editoras, revistas, boletins informativos de âmbito provincial e páginas de internet.

- Colaborar com nossa rede de escolas e colégios (de ensino fundamental, médio, e Fé e Alegria) no desenvolvimento de programas para os alunos.
- Colaborar com centros de pastoral e paróquias para introduzir a consciência ambiental como parte da catequese.
- Examinar a possibilidade de elaborar uma série simples de folhetos ou vídeos baseados, por exemplo, nas folhas informativas da GC 35, bem como de disponibilizar, para os inte-

- ressados, recursos de outras congregações religiosas e de organizações da sociedade civil.
- iv. Envolver o maior número possível de jovens, já que eles provavelmente serão mais dispostos a interessar-se por essa questão e a comprometer-se com ela.

79] 4^a RECOMENDAÇÃO: As instituições de ensino superior jesuítas, as faculdades teológicas, as escolas de negócios, os centros de pesquisa e capacitação são convidados a engajar os estudantes em uma educação transformadora e a explorar novos temas e áreas de pesquisa interdisciplinar.

[Nível: Conferência; propósito: a conscientização e o compromisso]

80] Ação ou atividades sugeridas

- Inspirados por jovens empenhados em criar um mundo novo baseado em um relacionamento justo com a criação, comprometer-nos com um ambiente de aprendizado vivencial onde os alunos estejam imersos em questões ambientais do mundo real, aprendam a desenvolver soluções, para deixar a universidade transformados por esta experiência.
- Desenvolver nos campus das universidades uma ética ambiental em que alunos, docentes, funcionários e administradores participem na redução do consumo e no aumento da reutilização e reciclagem e se comprometam em reduzir os custos ambientais do campus e em torná-lo um espaço verde. Os estudantes irão endossando essas práticas, de modo que, quando se formarem, levem consigo essas mudanças para a sociedade, onde elas poderão servir de exemplo.
- Desenvolver currículos que abordem as questões relacionadas com a sustentabilidade e difundam um determinado nível de cultura ambiental. Isso pode levar à formulação de uma ética do consumo justo, a promoção da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) sobre as questões ambientais nas escolas de negócios e a criação de uma base de recursos (por exemplo, materiais de ensino) para incorporar o meio ambiente como uma dimensão especí-

fica em cursos não diretamente relacionados com o tema.

- iv. Enraizar o ensino, a pesquisa e os serviços universitários em assuntos de justiça social e ambiental da região, a fim de contribuir na formulação de políticas públicas. Isto deveria incluir o compromisso de alunos e professores de países desenvolvidos e países em desenvolvimento, bem como acompanhamento na reflexão, pesquisa, ação e incidência.
- v. Apoiar a geminação de longo prazo entre instituições que fomentem o compromisso dos estudantes em realizar pesquisas relacionadas com a responsabilidade ecológica e social.
- vi. As faculdades de teologia podem contribuir decisivamente para fortalecer o reconhecimento por parte da Companhia da necessidade de enfrentar a crise ecológica através de uma reflexão mais profunda. Assim, é possível intensificar o diálogo com os jovens, investigando a base de suas esperanças e compromissos a favor de uma reconciliação com o ambiente que herdamos.

81] 5ª RECOMENDAÇÃO: Tanto os centros de reflexão teológica e de espiritualidade, como as obras sociais e pastorais são convidadas a desenvolver as fontes espirituais que motivam nosso compromisso e fomentam a celebração da criação.

[Nível: Conferência; finalidade: motivação]

82] Ação ou atividades sugeridas

- i. Animar as Conferências para designar uma instituição (centro teológico, casa de espiritualidade ou centro de pastoral), responsável pela execução da presente recomendação. Isso pode incluir:
 - buscar uma comunhão mais profunda com a criação e aprender com outras tradições religiosas;
 - formular uma lista de questões-chave sobre as quais conviria pesquisar;
 - apoiar casas de retiro e pessoas envolvidas nelas na organização de programas e retiros de eco-espiritualidade;

- animar os centros de pastoral a elaborar materiais simples para homilias, celebrações litúrgicas, cursos de catequese e programas sociais e culturais;
- encorajar os centros sociais e pastorais a organizarem, em conjunto, seminários, workshops ou cursos de formação que promovam a consciência ecológica sobre o fundamento de uma profunda experiência de fé.

- ii. Tanto em termos da Conferência ou da Província, como em nível local, deveria ser agendada uma celebração da criação. Tais celebrações já se realizam na maioria das Igrejas locais; algumas são ecumênicas ou até inter-religiosas. Onde se encaixa essa possibilidade, seria melhor unir-se às iniciativas já existentes.

83] 6ª RECOMENDAÇÃO: As estruturas de governo da Companhia são convidadas a rever a formação dos jesuítas à luz das preocupações ambientais.

[Nível: Conferência; objetivo: compromisso]

84] Princípios básicos

Todos os jesuítas somos chamados a sermos testemunhas da presença de Cristo na criação, hoje. Somos confrontados com experiências pessoais dolorosas e criativas que aprofundam nossa afetividade e nosso reconhecimento da luta e do lamento da criação. A necessidade de uma mudança de atitude em vista da reconciliação com a criação nasce de nossa fé, enquanto nossa condição humana nos torna conscientes da análise racional e científica dos problemas.

85] Ação ou atividades sugeridas

- i. Em todas as etapas da formação, os jesuítas são encorajados a se comprometerem com o estabelecimento de relações justas com a criação. Os noviços devem ser iniciados em estilos de vida sustentáveis; os mestres podem ser enviados a instituições comprometidas com as questões ambientais e com comunidades que sofrem as consequências da deterioração ecológica. É urgente colocar à disposição de

- jesuítas e de outros membros da família inaciana programas de formação continuada.
- ii. Os currículos e programas dos centros jesuítas de filosofia e teologia devem ser revistos, a fim de aprofundar a nossa reflexão sobre as principais questões subjacentes à crise ecológica. Por exemplo, uma disciplina obrigatória sobre ética do meio ambiente e uma série de conteúdos que integrem o tema do ambiente com a filosofia e a teologia podem criar uma base adequada para o compromisso ecológico.
 - iii. Aumentar as habilidades e competências dos estudantes para que eles possam fazer uso de informações de já dispõem. Incentivar os estudantes a aprender com organizações não-governamentais e populares que trabalham no campo da ecologia.

86] 7ª RECOMENDAÇÃO: Todas as Conferências são convidadas a incluir explicitamente a questão ecológica em seus planos apostólicos.

[Nível: Conferência; propósito: consciência e compromisso]

87] Ação ou atividades sugeridas

- i. As Conferências podem escolher áreas geográficas locais para desenvolver planos abrangentes (dimensões: sociopastoral, cultural, relacionada à incidência, científica, etc.) que materializem seu compromisso ambiental. Ao selecionar áreas geográficas, a existência de prioridades regionais já definidas deve ser levada em conta. Como exemplo, propomos o seguinte:
 - Para América do Norte, os Montes Apalaches e as áreas de areias de alcatrão.
 - Para a América Latina, a Amazônia.
 - Para a África e Madagascar, a República Democrática do Congo (mineração e floresta equatorial) e Malawi (desmatamento).
 - Para o Sudeste Asiático, a região de maioria adivasi na região central da Índia ou os estados do nordeste da Índia.
 - Para a Ásia Pacífico, a Bacia do Mekong, Mindanao e as ilhas do Pacífico.
 - Para a Europa, as fontes de energia e sua sustentabilidade.

- ii. As Conferências devem ser convidadas a confiar a uma instituição a promoção destas iniciativas, bem como acompanhando os progressos realizados e a avaliação dos passos que são dados. Em alguns casos, uma comissão poderia ajudar o presidente a formular a política sobre ecologia.
- iii. Ao nível provincial, os planos e atividades apostólicas deveriam incluir preocupações ambientais em nível local e regional.
- iv. Os Presidentes das Conferências devem selecionar áreas ou temas de colaboração entre as Conferências em projetos ambientais específicos.

88] 8ª RECOMENDAÇÃO: Convida-se o governo central da Companhia a desenvolver algum mecanismo que ajude o Padre Geral a monitorar e avaliar a execução do mandato do GC 35 para estabelecer relações justas com a criação, como expresso nestas recomendações.

[Nível: universal; meta: compromisso]

89] Ações ou atividades sugeridas

- i. Estabelecer um mecanismo que inclua conselheiros e secretários apostólicos para monitorar e avaliar a implementação destas recomendações. Isto pode ser feito assegurando uma prestação de contas mais ampla através do controle periódico das atividades e responsabilidades.
- ii. O Secretariado de Justiça Social e Ecologia deve ser capaz de realizar, entre outras, as seguintes funções:
 - animar e coordenar planos e atividades de várias Conferências sobre temas relacionados com a ecologia;
 - com a ajuda de um grupo interdisciplinar, oferecer assessoria técnica, política e ética sobre questões-chave relacionadas com a ecologia e o meio ambiente.
- iii. Se for adequado, pode-se pedir aos diretores de obras apostólicas e aos principais superiores que informem nas cartas *ex-officio* anuais sobre os progressos realizados na aplicação das diretivas da CG 35 sobre este tema.

6 Sugestões concretas

Gerais

- i. Revisar nosso padrão e níveis de consumo e comprometer-nos firmemente em reduzi-lo.
- ii. Fazer do estabelecimento de relações justas com a criação de um tema de oração nas comunidades jesuítas. Convém elaborar e compartilhar textos e materiais relevantes para a oração comum e retiros da comunidade.
- iii. Oferecer aos jesuítas e colaboradores/as de nossas instituições orientação sobre perspectivas, recursos e práticas compartilhadas de natureza ecológica.
- iv. Fornecer ferramentas e conceitos que podem ajudar as comunidades e instituições a planejar formas mais sustentáveis de vida: medidas de impacto ambiental, comprar nos mercados locais, (lixo seletivo) e assim por diante.
- v. Desenvolver oportunidades de eco-patrimônio em nível provincial.

Mobilidade e comunicação

- i. Rever nossos modos de viajar e procurar ativamente alternativas. Por exemplo, limitando o uso dos carros e preferindo o uso do transporte público e andar de bicicleta.
- ii. Compensar a “dívida” de carvão derivada de viagens aéreas, investindo em projetos ambientais da Companhia.
- iii. Fornecer o equipamento necessário para manter videoconferências ou por Skype em substituição ao transporte aéreo.

Espaços residenciais e edifícios

- i. Realizar auditorias energéticas, estudos de impacto ambiental e avaliações de recursos ambientais para avaliar o impacto ecológico de nossa comunidade, nossa obra e nossa província.
- ii. Atuar nestes espaços para desenvolver planos de gestão ambiental que considerem com cui-

dado o funcionamento de nossas obras, para obter as certificações relevantes para os (novos) edifícios.

- iii. Isso pode levar-nos a investir em sistemas de calefação e refrigeração eficientes em termos energéticos, em aparelhos elétricos apropriados, em energia solar e outras formas de energia renovável, etc.
- iv. Em todas nossas obras e comunidades, especialmente nas casas de formação, deve ser cultivada a prática simples e contínua de reciclagem do lixo, tanto de materiais perecíveis quanto não perecíveis.
- v. Sempre que possível, devemos recorrer a arquitetos e engenheiros com consciência ambiental e ajudar as províncias para fazer planos de construção de acordo com os seus critérios.
- vi. Todas as novas construções de instituições jesuítas devem avaliar a instalação de serviços sanitários ecológicos, o uso de blocos ou tijolos entrelaçados, o uso da energia solar para aquecimento da água, a entrada de luz natural no edifício, a captação e o armazenamento de água, o uso de biogás e o reaproveitamento de águas usadas.

Alimento

- i. Proporcionar cursos de capacitação que ajudem a tornar mais sustentáveis as nossas práticas de compra de alimentos: dar preferência a alimentos sazonais, cultivados organicamente em lugares próximos e que preencham as normas do comércio justo.
- ii. Reduzir quanto possível os desperdícios de alimentos e destinar os resíduos orgânicos da cozinha para a produção de composto.
- iii. Incentivar que todas as comunidades tenham dias ou semanas vegetarianos (sem carne), es-

pecialmente – mas não só – durante a Quaresma.

- iv. Na medida do possível, não usar água engarrafada.
- v. Comunidades com terrenos adequadas podem cultivar verduras e hortaliças.

Eletrônicos, eletrodomésticos e outros bens duráveis

- i. Aplicar em todas as nossas obras e comunidades os três erres: **re**duzir, **re**utilizar e **re**ciclar.
- ii. Rever nossa tendência a acumular aparelhos; formular-nos sempre a pergunta: eu realmente preciso deste item?
- iii. Reciclar corretamente todos os nossos aparelhos eletrônicos de consumo quebrados ou não utilizados.
- iv. Ao comprar aparelhos novos, prestar especial atenção à eficiência energética e longevidade.
- v. Usar pilhas recarregáveis.
- vi. Desligue os aparelhos eletrônicos. Não deixá-los em modo de espera (*standby*).

- vii. Ao comprar roupa, verificar se ela é feita de fibras naturais cultivadas organicamente e se preenche os critérios do comércio justo.

Produtos de limpeza

- i. Usar produtos de limpeza biodegradáveis, especialmente se houver problemas com o tratamento das águas residuais.
- ii. Assegurar-nos que os produtos higiênicos de papel foram fabricados com materiais reciclados.
- iii. Preferir o uso de panos que podem ser lavados, em vez de materiais de um único uso.

Gestão econômica

- i. O FACSI (Fundo Apostólica Caritativo da Companhia de Jesus) poderia alocar ajudas monetárias para projetos ambientais da Companhia em todo mundo.
- ii. As províncias deveriam investir de acordo com critérios social e ambientalmente responsáveis.

7 Agradecimentos

Queremos expressar nossa gratidão a todos aqueles e aquelas que contribuíram com sugestões e ideias para tornar este documento mais útil para toda a Companhia de Jesus.

Alguns responderam a um questionário, outros ofereceram seus comentários sobre uma versão preliminar.

Sobrenome	Nome	Ocupação	País (Província)
Anton SJ	Ronald J.	Secretário de Educação Universitária	Roma, Itália (MAR)
Arana SJ	Juan Carlos	Reitor Col. Berchmans	Colômbia
Araújo SJ	Emmanuel da Silva e	n/a	Brasil (BRC)
Arokiasamy Soosai SJ	Joseph	Vidyajyoti	Delhi, Índia (MDU)
Arriaga Alarcón SJ	Pedro Humberto	Paróquias	Bachajón, México (MEX)
Azpiroz SJ	Fernando Pablo	Casa Ricci Social Services – CRSS Social Ministry	China (CHN)
Baudouin	Mary	Delegado Social Provincial (NOR)	Nova Orleans, USA
Bauer SJ	Gunnar	JRS	Berlim, Alemanha (GER)
Bélanger SJ	Pierre	Comunicações, Canadá Francês	Montréal, Canadá (GLC)
Berilegar SJ	Antoine	CEFOD	N'Djamena, Chad (AOC)
Bernal Restrepo SJ	Sergio	Decano Ing. PUJ	Colômbia (COL)
Bisson SJ	Peter	Socio Província Canadá Inglês	Toronto, Canadá (CDA)
Bouzigard SJ	Michael	Center for Latin American & Caribbean Studies, Loy Univ	Nova Orleans, EUA (NOR)
Britto Bonaventure S. SJ	John	Rapinat Herbarium, St. Joseph's College	Trichy, Índia (MDU)
Cafiso	Jenny	Diretor Canadian Jesuits International	Toronto, Canadá
Cárcamo Velasco SJ	Juan Pablo	n/a	Chile (CHL)
Carcelle SJ	Sébastien	Centre Sèvres	Paris, França (GAL)
Cardozo Cortez SJ	René René	Provincial Provincial	Bolívia (BOL)
Cavassa Canessa SJ	Ernesto	Presidente CPAL	Peru (PER)
Chaw Namuche SJ	Daniel Augusto	Escolar	Peru (PER)
Christopher SJ	Brian	St Martin de Porres Parish	Missouri, EUA (MIS)
Cobo SJ	Sergio	Coordenador Apostolado Social	México (MEX)
Costadoat Carrasco SJ	Jorge	Coord. Chetus Teólogos AL	Chile (CHL)
Cruzado Silverii SJ	Miguel	Provincial	Peru (PER)
de Mori SJ	Geraldo	Assistente F. Brasil NE	Brasil (BNE)
de Roux Rengifo SJ	Francisco	Provincial	Colômbia (COL)
Deinhammer SJ	Robert	Canisianum	Innsbruck, Áustria (ASR)
Desmarais SJ	Paul	Kasisi Agricultural Training Centre	Zâmbia (ZAM)
Díaz Zambrano SJ	Jorge	Coordenador paroquial	Chile (CHL)
D'Lima SJ	Godfrey	Apostolado Social	Mumbai, Índia (BOM)
Edwards	Julie	Director, Jesuit Social Services	Austrália
Eidt SJ	João Renato	Reitor Filosofado Brasil	Brasil (BRM)
Ekka SJ	Alexius	Xavier Institute of Social Service	Ranchi, Índia (RAN)
Eley SJ	David R.	Apostolado Social Canadá Inglês	Toronto, Canadá (CDA)
Fernandes SJ	Walter	NESRC	Guwahati, Índia (KHM)

Sobrenome	Nome	Ocupação	País (Província)
Ferro Medina SJ	Alfredo	Coordenador do Apostolado Social, CPAL	Colômbia (COL)
Fritsch SJ	Alfred	Earth Healing	Kentucky, EUA (CDT)
Fung SJ	Jojo	JCEAO – Jesuit Companions in Indigenous Ministry	Malásia (MAS)
Fyfe SJ	Paul	St Ignatius parish	Norwood, Austrália (ASL)
Gabrielli SJ	Ted	Província de Califórnia Delegado ministérios internacionais	Los Gatos, EUA (CFN)
Garanzini SJ	Michael J.	Loyola University Chicago	Chicago, EUA (MIS)
García de Castro Valdes SJ	José	Faculdade de Teologia Comillas	Madrid, Espanha (CAS)
Garr Mattingly SJ	Thomas Mateo	Coordenador paróquias Peru	Peru (PER)
Garrido Rodríguez SJ	José Rafael	Província de Colômbia	Santiago, Chile (COL)
Geister SJ	Philip	Newmaninstitutet	Uppsala, Suécia (GER)
Gómez Restrepo SJ	Luís Felipe	Coordenador Apostolado Social	Colômbia (COL)
Gonsalves SJ	Francis	Vidyajyoti	Delhi, Índia (GUJ)
Gösele SJ	Andreas	Coordenador do Apostolado Social, Europa Central y Este	Munich, Alemanha (GER)
Graham SJ	Michael J.	Xavier University	Cincinnati, EUA (CDT)
Greene SJ	Thomas P.	Coordenador do Apostolado Social, Conferência EUA	Washington DC, EUA (NOR)
Grummer SJ	James E.	Assistente Conferencia USA	Roma, Itália (WIS)
Haers SJ	Jacques	Faculty of Theology UKL	Louvain, Bélgica (BSE)
Hainz SJ	Michael	Hochschule für Philosophie	Munich, Alemanha (GER)
Hallinan SJ	Mark	Província de New York Ministérios Sociais	Nova York, EUA (NYK)
Harold-Barry SJ	David	Silveira House	Harare, Zimbábue (ZIM)
Hengst SJ	Stefan	Scholastic at Hekima College	Nairobi, Kênia (GER)
Herbert SJ	Tony	Apostolado Social	Hazaribagh, Índia (HAZ)
Ignacimuthu Savarimuthu SJ	n/a	Loyola College	Chennai, Índia (MDU)
Inama SJ	Markus	Centrum Social. Concordia	Sofia, Bulgária (ASR)
Irudayam Aloysius SJ	n/a	Investigador	Madurai, Índia (MDU)
Jacob SJ	Pierre	St. Xavier's College	Calcutá, Índia (CCU)
Jaramillo SJ	Roberto	Provincial	Região Amazônica (COL)
Jerry Rosario SJ	n/a	Dhyana Ashram	Chennai, Índia (MDU)
John Kennedy SM SJ	n/a	St. Mary's Higher Secondary School	Dindigul, Índia (MDU)
Joos SJ	Ludger	Kolleg St. Blasien	St. Blasien, Alemanha (GER)
Juste Martell SJ	Ramón	n/a	Paraguai (PAR)
jXel SJ	n/a	Apostolado indígena CPAL	México (MEX)
Kabanda	Aaron	Kasisi Agricultural Training Centre	Lusaka, Zâmbia
Kalala	Daniel	Kasisi Agricultural Training Centre	Lusaka, Zâmbia
Kalinda	Dr. Henrietta	Kasisi Agricultural Training Centre	Lusaka, Zâmbia
Karcher SJ	Tobias	Lassalle-Haus, Bad Schönbrunn	Suíça (GER)
Kelly SJ	Michael T.	Consultor	Lusaka, Zâmbia (ZAM)
Kerhuel SJ	Antoine	Asistente EOC	Roma, Itália (GAL)
Kim SJ	Denis Woo-seon	Apostolado Social Coordenador Asia-Pacífico	Seúl, Coreia (KOR)
Kleiderer	John	Apostolado Social JCUSA	Washington DC, EUA
Knauer SJ	Peter	Jesuit European Office (OCIFE)	Bruxelas, Bélgica (GER)
Leahy SJ	William P.	Boston College	Boston, MA, EUA (WIS)
Linden SJ	Michael David	Ministérios Sociais Província New England	Watertown, MA EUA (NEN)

Sobrenome	Nome	Ocupação	País (Província)
Lochbrunner SJ	Simon	St. Ansgar youth ministry (KHG)	Hamburgo, Alemanha (GER)
MacGarry SJ	Brian	Escritor de questões sociais, Mbare	Harare, Zimbábue (ZIM)
MacPartlin SJ	Brendan	Apostolado Social Coord. Conferência de Europa	Portadown, Irlanda do Norte (HIB)
Marsen	Madeleine	Assistente de Ministérios sociais	North Sydney, Austrália
Martin	Susan	Riverview College	Sydney, Austrália
Martínez SJ	Chepe	Coordenador Com. CPAL	Rio de Janeiro, Brasil
Martinson, SJ	Jerry	JCEAO – Kungchi Program Service	Taiwan (CHN)
Mastino	Giovanni	Amigos da Terra, Itália	Roma, Itália
Mborong SJ	Étienne	Hekima College	Nairobi, Kênia (AOC)
Mbuyi Kulaya SJ	Benoît	Hekima College	Nairobi, Kênia (ACE)
McGarry SJ	William J.	Ministério Pastoral	Micronesia (NYK)
McShane SJ	Joseph M.	Fordham University	Bronx, NY, EUA (NYK)
Melloni Ribas SJ	Javier	Profesor Teologia/Antropologia	Barcelona, Espanha (TAR)
Mercieca SJ	Eddie	Secretário de Espiritualidade	Roma, Itália (MAL)
Mesa Baquero SJ	José Alberto	Secretário de Educação	Roma, Itália (COL)
Michael Alosanai SJ		Instrutor Terceira Provação	Shembaganur, Índia (MDU)
Moore SJ	John	Arquivista	Lusaka, Zâmbia (ZAM)
Muhigirwa Rusembuka SJ	Ferdinand	Director CEPAS	Kinshasa, DRC (ACE)
Múnera Congote SJ	Luís Fernando	Assistente para a Formação	Colômbia (COL)
Mutholil SJ	George	Indian Social Institute	Bangalore, Índia (KER)
Nantais	Carrie AF	Ministérios Sociais Província Chicago	Chicago, IL, EUA
Newlon	Amy	Apostolado Social JCUSA	Washington DC, EUA
O Conaire OFM	Francisco	Secretary General JPIC Commission of USG/UISG	Roma, Itália
Obruca SJ	Jirí	Student chaplain, Lucerne	Suíça (BOH)
Oguh SJ	Enyeribe S.	Coordenador Apostolado Social, Província Nordeste	Accra, Gana (ANW)
Omondi SJ	Elias Opango	PhD candidate, Bradford University	Reino Unido (AOR)
Orchard CJ	Frances	General Councillor, Congregatio Iesu (CJ)	Roma, Itália
Pabón-Minchu	Erminsu Ivan	Coordenador IMCA	Colômbia
Pantaleón Rosario SJ	David Ramón	Coordenador ministério paróquias	Antillas (ANT)
Pestello	Fred	President Lemoyne College	Nova York, EUA
Peter SJ	Daniel	Apostolado Social	Hyderabad, Índia (AND)
Philip SJ	Thorsten	Jesuit European Office (OCIPE)	Bruxelas, Bélgica (GER)
Pilarz SJ	Scott R.	University of Scranton	Scranton, PA, EUA (MAR)
Pitroipa SJ	Anatole France	CERAP	Abidjan, Costa do Marfim (AOC)
Pizarro Bermúdez SJ	Alejandro	Presidente FLACSI	Chile (CHL)
Poothokaren SJ	Rappai	Gurjarvani	Ahmedabad, Índia (GUJ)
Potter	Mark	Província Califórnia Ministérios Sociais	Los Gatos, EUA
Prieto León SJ	José de Jesús	n/a	Colômbia (COL)
Quiroz Magaña SJ	Álvaro	Coordenador Paroquias CPAL	México (MEX)
Raffo SJ	Armando	Assistente para Formação CPAL	Argentina Uruguai (ARU)
Raj SJ	Michael T.	Provincial	Jamshedpur, Índia
Recktenwald SJ	Claus	Heythrop College	Londres, Reino Unido (GER)
Reder	Michael	Hochschule für Philosophie	Munich, Alemanha

Sobrenome	Nome	Ocupação	País (Província)
Revilla Grande SJ	Félix Angel	INEA	Valladolid, Espanha (CAS)
Rickle SJ	William C.	Província Maryland Ministérios Sociais	Nova Orleans, EUA (MAR)
Rodrigues SJ	Luke	CVX	Roma, Itália (BOM)
Rodríguez Rivera SJ	Oscar	n/a	México (MEX)
Rogers SJ	John	Prabhu Jisu Girja	Calcutá, Índia
Rozario SJ	Bertram	Provincial Provincial	Pune, Índia (PUN)
Salomone SJ	Ramon A. (Ray)	Ministérios Sociais Província Nova York	Nova York, EUA (NYK)
San Juan SJ	Karel S.	Emmaus Center for Psycho-Spiritual Formation	Filipinas (PHI)
Savarimuthu Xavier SJ	n/a	St. Xavier's College	Calcutá, Índia (MDU)
Schlegel SJ	John P.	Creighton University	Omaha, EUA (WIS)
Sealey SJ	John	Provincia Wisconsin Ministérios Sociais	Milwaukee, EUA
Sequeiros SJ	Leandro	Faculdade de Teologia	Granada, Espanha (BET)
Serra Martínez SJ	José Luís	n/a	México (MEX)
Serrano de la Rosa SJ	Mario	Província Antillas Apostolado Social	República Dominicana (ANT)
Serrao SJ	Francis	Provincial	Bangalore, Índia (KAR)
Soetomo SJ	Gregorious	Catholic Weekly Magazine HIDUP	Indonésia (IDO)
Stephen SJ	Martin A.	IDEAS Centre	Madurai, Índia (MDU)
Sy SJ	Florge Michael	In JCEAO Terceira Provação	Filipinas (PHI)
Tangonyire SJ	Raymond Chegedua	Hekima College	Nairobi, Kênia (ANW)
Tatay Nieto SJ	Jaime	Weston School of Theology	Boston, EUA (ARA)
Torres SJ	L. L. Orlando	Assistente para Formação	Roma, Itália (PRI)
Turner SJ	Francis	Jesuit European Office (OCIFE)	Bruxelas, Bélgica (BRI)
Ugalde Olalde SJ	Luis María	Presidente AUSJAL	Venezuela (VEN)
Ugwuanyi SJ	Chikere Crescent	Hekima College	Nairobi, Kênia (ANW)
Vásquez Gheresi SJ	Edwin Renato	Rector y Delegado de Formación	Peru (PER)
Vasquez Moro SJ	Ulpiano	Professor de Teologia	Belo Horizonte, Brasil (BRC)
Veilleux	Marco Quadro	Província Canada Francês Ministérios Sociais	Montreal, Quebec
Victoriano Reyes SJ	José Altagracia	Director CEPA	Antillas (ANT)
Villarin SJ	Jose Ramon T.	Xavier University – Ateneo de Cagayan	Filipinas (PHI)
von Arx SJ	Jeffrey P.	Fairfield University	Fairfield, EUA (NYK)
Wild SJ	Robert T.	Marquette University	Milwaukee, EUA (CDT)
Wildes SJ	Kevin W.	Loyola University New Orleans	Nova Orleans, EUA (MAR)
Wiryo Priyotamtama SJ	Paulus	Sanata Dharma University	Yogyakarta, Indonésia (ICO)
Wolf SJ	Christof	Loyola Productions Munich	Munich, Alemanha (GER)
Xalxo SJ	Medard	Vidyajyoti	Ranchi, Índia (RAN)
Xavier SJ	Jeyaraj	JESA Secretary	Nueva Delhi, Índia (CCU)
Zarazaga Ballester SJ	Gonzalo Javier Gon- zalo Javier	Formation Assistant ARU	Argentina Uruguai (ARU)
Zulu	Donald	Kasisi Agricultural Training	Lusaka, Zâmbia

Secretariado para a Justiça Social e a Ecologia

C. P. 6139 – 00195 Roma Prati – Italia

+39 06689 77380 (fax)

sjes@sjcuria.org

Temas dos Cadernos IHU

- Nº 01 – *O imaginário religioso do estudante da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS*
Prof. Dr. Hilário Dick
- Nº 02 – *O mundo das religiões em Canoas*
Prof. Dr. José Ivo Follmann (Coord.), MS Adevanir Aparecida Pinheiro, MS Inácio José Sphor & MS Geraldo Alzemiro Schweinberger
- Nº 03 – *O pensamento político e religioso de José Martí*
Prof. Dr. Werner Altmann
- Nº 04 – *A construção da telerrealidade: O Caso Linha Direta*
Sonia Montañó
- Nº 05 – *Pelo êxodo da sociedade salarial: a evolução do conceito de trabalho em André Gorz*
MS André Langer
- Nº 06 – *Gilberto Freyre: da Casa-Grande ao Sobrado – Gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil: Algumas considerações*
Prof. Dr. Mário Maestri
- Nº 07 – *A Igreja Doméstica: Estratégias televisivas de construção de novas religiosidades*
Prof. Dr. Antônio Fausto Neto
- Nº 08 – *Processos midiáticos e construção de novas religiosidades. Dimensões históricas*
Prof. Dr. Pedro Gilberto Gomes
- Nº 09 – *Religiosidade midiática: Uma nova agenda pública na construção de sentidos?*
Prof. Dr. Atillio Hartmann
- Nº 10 – *O mundo das religiões em Sapucaia do Sul*
Prof. Dr. José Ivo Follmann (Coord.)
- Nº 11 – *Às margens juvenis de São Leopoldo: Dados para entender o fenômeno juvenil na região*
Prof. Dr. Hilário Dick (Coord.)
- Nº 12 – *Agricultura Familiar e Trabalho Assalariado: Estratégias de reprodução de agricultores familiares migrantes*
MS Armando Triches Enderle
- Nº 13 – *O Escravidão Colonial: A revolução Copernicana de Jacob Gorender – A Gênese, o Reconhecimento, a Deslegitimação*
Prof. Dr. Mário Maestri
- Nº 14 – *Lealdade nas Atuais Relações de Trabalho*
Lauro Antônio Lacerda d'Ávila
- Nº 15 – *A Saúde e o Paradigma da Complexidade*
Naomar de Almeida Filho
- Nº 16 – *Perspectivas do diálogo em Gadamer: A questão do método*
Sérgio Ricardo Silva Gacki
- Nº 17 – *Estudando as Religiões: Aspectos da história e da identidade religiosos*
Adevanir Aparecida Pinheiro, Cleide Olsson Schneider & José Ivo Follmann (Organizadores)
- Nº 18 – *Discursos a Beira dos Sinos – A Emergência de Novos Valores na Juventude: O Caso de São Leopoldo*
Hilário Dick – Coordenador
- Nº 19 – *Imagens, Símbolos e Identidades no Espelho de um Grupo Inter-Religioso de Diálogo*
Adevanir Aparecida Pinheiro & José Ivo Follmann (Organizadores)
- Nº 20 – *Cooperativismo de Trabalho: Avanço ou Precarização? Um Estudo de Caso*
Lucas Henrique da Luz
- N. 21 – *Educação Popular e Pós-Modernidade: Um olhar em tempos de incerteza*
Jaime José Zitkoski
- N. 22 – *A temática afrodescendente: aspectos da história da África e dos afrodescendentes no Rio Grande do Sul*
Jorge Euzébio Assumpção
Adevanir Aparecida Pinheiro & José Ivo Follmann (Orgs.)

- N. 23 – *Emergência das lideranças na Economia Solidária*
Robinson Henrique Scholz
- N. 24 – *Participação e comunicação como ações coletivas nos empreendimentos solidários*
Marina Rodrigues Martins
- N. 25 – *Repersonalização do Direito Privado e Fenomenologia Hermenêutica*
Leonardo Grison
- N. 26 – *O cooperativismo habitacional como perspectiva de transformação da sociedade: uma interlocução com o Serviço Social*
Célia Maria Teixeira Severo
- N. 27 – *O Serviço Social no Judiciário: uma experiência de redimensionamento da concepção de cidadania na perspectiva dos direitos e deveres*
Vanessa Lidiane Gomes
- N. 28 – *Responsabilidade social e impacto social: Estudo de caso exploratório sobre um projeto social na área da saúde da Unisinos*
Deise Cristina Carvalho
- N. 29 – *Ergologia e (auto)gestão: um estudo em iniciativas de trabalho associado*
Vera Regina Schmitz
- N. 30 – *Afrodescendentes em São Leopoldo: retalhos de uma história dominada*
Adevanir Aparecida Pinheiro; Letícia Pereira Maria & José Ivo Follmann
Memórias de uma São Leopoldo negra
Adevanir Aparecida Pinheiro & Letícia Pereira Maria
- N. 31 – *No Fio da Navalha: a aplicabilidade da Lei Maria da Penha no Vale dos Sinos*
Ângela Maria Pereira da Silva, Ceres Valle Machado, Elma Tereza Puntel, Fernanda Wronski, Izalmar Liziane Dorneles, Laurinda Marques Lemos Leoni, Magali Hallmann Grezzana, Maria Aparecida Cubas Pscheidt, Maria Aparecida M. de Rocha, Marilene Maia, Marleci V. Hoffmeister, Sirlei de Oliveira e Tatiana Gonçalves Lima (Orgs.)
- N. 32 – *Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial*
Cesar Sanson
- N. 33 – *Globalização missioneira: a memória entre a Europa, a Ásia e as Américas*
Ana Luísa Janeira
- N. 34 – *Mutações no mundo do trabalho: A concepção de trabalho de jovens pobres*
André Langer
- N. 35 – *“E o Verbo se fez bit”: Uma análise da experiência religiosa na internet*
Moisés Sbardelotto
- N. 36 – *Derrida e a educação: O acontecimento do impossível*
Verónica Pilar Gomezjurado Zevallos